Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 13 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.200
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS 249

200 ANOS DE SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL

Seu candidato já se comprometeu com a auditoria da dívida?
Por Maria Lucia Fattorelli, **página 2**

MEDIAÇÃO PARA RESOLVER CONFLITOS

Dialogar é primeiro passo para o sucesso em questões judiciais.
Por Luis Fernando Guerrero, **página 4**

PRIVATIZAÇÃO: DIESEL ATÉ 14% MAIS CARO

Se refinarias da Petrobras tivessem sido vendidas, preços subiriam.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Movimentos de carros caem nas rodovias com pedágio

O índice ABCR referente a agosto de 2022 apresentou recuou 0,5% no comparativo com julho, considerando os dados dessazonalizados. O índice que mede o fluxo pedagiado de veículos nas estradas é construído pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) juntamente com a Tendências Consultoria Integrada.

Mantida a comparação mensal dessazonalizada, o índice de fluxo pedagiado de veículos leves apresentou queda de 0,5%, enquanto veículos pesados caiu 0,3%.

Nos últimos 12 meses, o índice total de fluxo pedagiado acumula avanço de 6,1%, fruto do aumento de 7,8% de veículos leves e 1,6% de pesados.

Entre os tipos de veículos, o crescimento do fluxo total tem captado, especialmente, o maior desempenho de veículos leves, conforme afirma o analista de Macroeconomia e Política da Tendências Consultoria, Thiago Xavier.

"Nos últimos meses, o crescimento da categoria é uma evidência adicional da importância do papel do consumo das famílias, em especial da demanda por serviços presenciais, para o crescimento agregado da economia. Essa dinâmica é favorecida pela geração de vagas de trabalho, atenuação das pressões inflacionárias, incluindo menores preços de combustíveis, e do contexto de normalização dos negócios presenciais pós pandemia", informa o analista da Tendências.

O fluxo de veículos pesados, por sua vez, apresenta uma tendência de crescimento em menor velocidade comparado a leves. "O segmento, embora não conte com a normalização das atividades presenciais, é beneficiado pelo aumento da produção agropecuária e a tendência majoritariamente positiva da produção industrial", conclui o analista da Tendências.

No Rio de Janeiro, o fluxo total apresentou queda de 1,6% comparado a julho, em termos dessazonalizados. O resultado decorreu das quedas disseminadas entre as aberturas por tipo de veículos: 2,1% de veículos leves, 0,3% de pesados.

Na comparação com agosto de 2021, o índice total no Rio de Janeiro registrou crescimento de 1,7%. O fluxo de leves subiu 1,2% e o fluxo de pesados cresceu 4,2%, mantida a métrica de comparação interanual.

Marcel Crozet, OIT

Escravidão moderna

Escravidão: mais da metade em países de renda alta ou média-alta

Número de vítimas cresce 10 milhões em 5 anos

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um estudo revelando que 50 milhões de pessoas viviam em escravidão moderna em 2021. O levantamento foi feito em parceria com a Organização Internacional para Migrações (OIM) e a entidade de direitos humanos Walk Free.

Segundo as estimativas, entre as vítimas, 28 milhões realizavam trabalho forçado, sendo que 3,3 milhões eram crianças. O levantamento ainda revela que 22 milhões estavam presas em casamento forçado.

O número aumentou significativamente nos últimos cinco anos: são 10 milhões de pessoas a mais em escravidão moderna quando comparado com as estimativas globais de 2016. Mulheres e crianças são os mais afetados.

De acordo com as agências, a escravidão moderna ocorre em quase todos os países e atravessa grupos étnicos, culturas e religiões. Mais da metade, ou 52%, de todo o trabalho forçado, além de um quarto de todos os casamentos forçados foram encontrados em países de renda média-alta ou de rendimento alto.

A maioria dos casos, somando 86%, ocorre no setor privado. A exploração sexual comercial forçada representa 23% de todo o trabalho análogo a escravidão. Cerca de quatro em cada cinco das vítimas de exploração sexual são mulheres ou meninas. Em relação aos números globais de 2016, os casos de casamentos forçados tiveram um aumento de 6,6 milhões. Segundo a análise das agências da ONU, a incidência pode ser maior, particularmente aqueles envolvendo crianças de 16 anos ou menos.

Os casamentos infantis são considerados forçados porque a criança não pode consentir legalmente com a união. De acordo com o estudo, estes casamentos estão associados a atitudes e práticas patriarcais, já que mais de 85% dos matrimônios forçados foram impulsionados pela pressão familiar.

Retirada de Simples e MEI provoca queda fake em subsídios da União

Número subiria R$ 37 bi se não houvesse alteração

O governo brasileiro concedeu R$ 329,44 bilhões em subsídios e isenções fiscais no ano passado, representando 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo um relatório divulgado nesta segunda-feira pelo Ministério da Economia.

Em termos nominais, a diminuição dos incentivos em 2021 foi de R$ 8,810 bilhões frente ao valor registado em 2020, quando equivaleram a 4,54% do PIB. O número, porém, foi afetado pela retirada do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI) do conjunto de gastos tributários, conforme determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022. Excluindo esse fator, os benefícios tributários teriam aumentado em R$ 37 bilhões.

Os números correspondem a incentivos fiscais ou auxílios financeiros concedidos pelas autoridades a determinados setores econômicos. Os benefícios fiscais que apresentaram aumentos mais expressivos em relação a 2020 foram aqueles relacionados à Zona Franca de Manaus, áreas de livre comércio e setor automotivo, além de agricultura e agronegócio. Em contraposição, foi observada redução apenas na Desoneração da Folha de Salários. Os subsídios fiscais totalizaram R$ 276,8 bilhões, o equivalente a 3,19% do PIB brasileiro.

Os subsídios financeiros e creditícios aumentaram em R$ 26,7 bilhões na comparação com 2020, atingindo R$ 52,6 bilhões, ou 0,61% do PIB. Entre os subsídios financeiros, as maiores reduções ocorreram no Minha Casa Minha Vida e no Programa de Sustentação de Investimento, enquanto as maiores altas foram observadas no Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) e nas Operações de Investimento Rural e Agroindustrial. Já os subsídios creditícios foram afetados principalmente por contabilizações e ajustes patrimoniais.

Bolsas sobem enquanto especulam sobre Fed

Os três principais índices de Wall Street subiram nesta segunda-feira, com os setores de energia e tecnologia liderando o mercado.

O Dow Jones Industrial Average subiu 0,71%, para 32.381,34 pontos. O S&P 500 valorizou 1,06%, para 4.110,41 pontos. O Nasdaq Composite Index aumentou 1,27%, para 12.266,41. Na semana passada, o Dow ganhou 2,7%, o S&P 500 subiu 3,6%, e o Nasdaq avançou 4,1%.

Todos os 11 setores primários do S&P 500 terminaram em verde, com energia e tecnologia subindo 1,81% e 1,63%, respectivamente, liderando os ganhos.

Wall Street continuou a avaliar a próxima decisão sobre as taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). As expectativas do mercado aumentaram de que o BC dos Estados Unidos provavelmente optará por um terceiro aumento consecutivo da taxa de 75 pontos-base em sua reunião no final deste mês.

Na semana passada, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reiterou o compromisso do Fed de combater a inflação e não desistir até que o trabalho esteja concluído.

Os investidores também aguardam uma série de destaques econômicos que serão divulgados nesta semana, incluindo o índice de preços ao consumidor dos EUA de agosto, nesta terça-feira, o índice de preços ao produtor, na quarta-feira, e as vendas no varejo, na quinta-feira.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1183
Dólar Turismo	R$ 5,3070
Euro	R$ 5,1585
Iuan	R$ 0,7353
Ouro (gr)	R$ 284,18

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

200 anos de Sistema da Dívida no Brasil

Por Maria Lucia Fattorelli

Depois de anos investigando a dívida pública no Brasil e em outros países criei a expressão "Sistema da Dívida", a fim de caracterizar o funcionamento do endividamento público às avessas, isto é, em vez de ser um importante instrumento de financiamento de investimentos estatais de interesse da população, temos verificado que a chamada dívida pública tem servido para retroalimentar os mecanismos que geram essa chamada dívida, além de servir de justificativa para contínuas privatizações insanas, contrarreformas que retiram direitos sociais, cortes orçamentários principalmente em saúde e educação, além do teto para gastos sociais, sacrificando toda a nação.

A principal característica do Sistema da Dívida é a ausência de contrapartida da dívida, isto é, o estoque da dívida aumenta, mas o dinheiro não chega ao orçamento público para ser investido em áreas de interesse da sociedade que irá pagar a conta. Esse dinheiro é consumido em mecanismos financeiros que alimentam o próprio Sistema da Dívida e favorecem principalmente os bancos e grandes rentistas, a exemplo da indecente remuneração diária da sobra de caixa dos bancos, que denominamos bolsa-banqueiro, pois é uma verdadeira doação de dinheiro a bancos, sem justificativa que se sustente (auditoriacidadada.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-causa).

O Sistema da dívida atua no Brasil há 200 anos: "A dívida nasceu com a Independência, cresceu no Império e na República, e multiplicou-se mais em consequência de operações de consolidação e de 'fundings' [1] do que da utilização de recursos de capital para obras reprodutivas (...)." [2]

O primeiro empréstimo externo brasileiro foi destinado a cobrir rombos da Coroa portuguesa que, desde a sua chegada ao Brasil em 1808 gerou contínuos déficits para cobrir os seus vultosos gastos. Quando deixou o Brasil, em abril de 1821, D. João VI deixou aqui um elevado rombo e, ainda por cima, esvaziou os cofres do Tesouro e do Banco do Brasil, pois levou em sua frota toda a reserva de ouro e prata, além de artigos de valor, inclusive espécimes de ouro e diamantes que pertenciam ao Museu.

Assim, em 1824, foi contratado o empréstimo externo no valor de 3 milhões de libras esterlinas, porém, o país assumiu o compromisso efetivo de 3,6862 milhões de libras esterlinas, pois o empréstimo era do Tipo 81, em média, ou seja, cerca de 19% do valor sequer era desembolsado pelo emprestador. Os juros pactuados eram de 5% ao ano, garantidos por rendas de todas as Alfândegas do Brasil. Esse empréstimo foi contraído junto a banqueiros ingleses: 1 milhão de libras esterlinas com Bazeth, Farqhuar, Crawford & Co., Fletcher, Alexander & Co., Thomas Wilson & Co. (Tipo 75), e 2 milhões de libras com a Nathan Mayer Rothschild (Tipo 85).

A negociação foi feita por representantes que ainda levaram 2% de comissão sobre o empréstimo, além de outras comissões extraordinárias: Felisberto Caldeira Brant Pontes, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa e Mariano José Pereira da Fonseca, o que mostra que a corrupção, uma das engrenagens do Sistema da Dívida, também já atuava no Brasil Império.

A fim de obter o reconhecimento político da independência declarada por D. Pedro I em 1822, ele negociou o Tratado da Independência em 1825, do qual fazia parte a Convenção Secreta Adicional, mediante a qual assumiu a responsabilidade do empréstimo contraído por Portugal em 1823, no valor de 1,4 milhão de libras esterlinas, além de outra obrigação de indenização a Dom João VI, por propriedades deixadas no Brasil, no valor de 600 mil libras esterlinas.

Até aí, todos esses empréstimos foram contraídos para assumir obrigações da Coroa portuguesa, tanto internas [3] como externas, portanto, sem contrapartida alguma em investimentos de interesse do governo imperial, o que caracteriza a atuação do que denominamos Sistema da Dívida.

> Seu candidato já se comprometeu com a realização da auditoria da dívida?

Outra característica do Sistema da Dívida verificada ao longo da história é o surgimento de normas legais para dar institucionalidade a operações ilegais realizadas sob o manto da "dívida pública", a exemplo da flagrantemente inconstitucional operação de "securitização de créditos públicos", que vincula receitas tributárias ao pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema, o que se tentou "legalizar" por meio de dispositivos inseridos de contrabando na PEC 23 em 2021 (auditoriacidada.org.br/interpelacao-alerta-o-senado-sobre-esquema-de-securitizacao-na-pec-23). Apesar de não aprovado tal dispositivo, o esquema segue funcionando de forma ilegal e inconstitucional...

Verificamos que essa característica de se fazer "adaptações legais" está presente há 200 anos, por exemplo: somente em 10 de abril de 1826 foi ratificado o acordo referente à indenização de 600 mil libras esterlinas a Dom João VI. Por sua vez, somente em 1827, depois que já havia sido contraído empréstimo externo e já vinham sendo pagas as dívidas aqui deixadas pela Coroa Portuguesa, surgiu a Lei de 15/11/1827 reconhecendo todas as dívidas de qualquer natureza.

Essa mesma lei de 1827 criou a "Caixa de Amortização" para garantir o pagamento da dívida pública, a qual era administrada por uma maioria de 5 capitalistas que mais apólices (títulos da dívida) possuíssem, e, por não serem remunerados nessa atividade, deveria "ter o Governo muito em contemplação os serviços que prestarem como relevantes". Por ser maioria, eram esses 5 capitalistas que, de fato, detinham o poder decisório.

Até hoje, quem manda no Sistema da Dívida são os maiores detentores de títulos públicos – os grandes bancos. São estes que influenciam na determinação das taxas de juros – tanto a Selic (pois são convidados para reuniões secretas realizadas pelo Banco Central a cada 3 meses), como a taxa de juros dos títulos públicos, pois atuam como dealers, que têm acesso privilegiado na compra dos títulos públicos lançados pelo Tesouro Nacional, e só compram quando a taxa alcança o patamar que desejam.

São inúmeros os episódios que comprovam o poder de mando e o privilégio dos grandes bancos sobre a gestão da dívida pública no Brasil. Na década de 60, os bancos foram autorizados a se endividarem à vontade no exterior (Resolução 63/1967 do Banco Central) e, posteriormente, na década de 80, grande parte dessas dívidas privadas foram transformadas em dívida pública, a cargo do Banco Central, transferindo-se o ônus de seu pagamento para o conjunto da sociedade.

Em 1829, outro empréstimo externo foi contraído em condições ainda mais onerosas, pois foi do Tipo 52, ou seja, receberíamos 400 mil libras esterlinas, porém, assumimos uma obrigação financeira de 769,2 mil libras esterlinas, sob a garantia das rendas da Alfândega do Rio de Janeiro. Mais uma vez, o dinheiro obtido com esse empréstimo destinou-se a cobrir os onerosos pagamentos das obrigações anteriormente assumidas em 1824 e 1825.

As condições eram tão infames que embora os contratos tivessem sido firmados somente em julho, os juros foram exigidos como vencidos desde abril. Segundo Bouças [4], esse empréstimo de 1829 ainda tinha saldo remanescente em 1859, no valor de 508 mil libras esterlinas, quando foi substituído por novos títulos emitidos, "custando aos cofres públicos, para liquidá-lo, 461% mais que o capital real rendera."

Assim, deixamos de ser colônia de Portugal e passamos a ser "colônia de banqueiros", como denominou Gustavo Barroso em seu livro [5].

A falta de transparência e controle é outra característica do Sistema da Dívida, vigente desde os seus primórdios, com breve interrupção no governo de Getúlio Vargas, que instituiu, em 1931, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, depois transformada em Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, dirigido por Oswaldo Aranha, que fez o levantamento completo e minucioso da dívida externa, interna (denominada fundada, cujos encargos eram elevadíssimos), receitas e despesas, além de atividades produtivas, capacidade industrial e agrícola, exportação e importação, ou seja, realizou auditoria integral da dívida pública brasileira, o que permitiu a revisão do doentio processo que já perdurava por mais de um século, alcançando a regularização da situação da dívida externa durante décadas, até o início de novo ciclo com a ditadura militar em 1964.

Este artigo traz apenas algumas informações sobre os 200 anos de atuação do Sistema da Dívida que iremos contar em livro que está sendo preparado, e que mostra claramente o papel da chamada dívida pública como uma trava ao nosso desenvolvimento socioeconômico, quando deveria ser o contrário!

A ferramenta para enfrentar esse funcionamento distorcido do Sistema da Dívida é a auditoria, como demonstrado durante o governo de Getúlio Vargas, no Brasil, e também no Equador, sob a presidência de Rafael Correa (2007/2008).

Estamos em ano eleitoral, e é imprescindível que candidatos(as) se comprometam com a realização da auditoria da dívida, com participação social. A Auditoria Cidadã da Dívida fez a sua parte e elaborou carta aberta aos partidos, acompanhada de questionário a ser respondido por candidatos(as). Seu candidato(a) já respondeu?

A participação cidadã durante o período eleitoral é fundamental e precisa ocorrer de forma qualificada e consciente. Afinal, iremos escolher quem irá dirigir o país e todos os estados nos próximos 4 anos! 200 anos de Sistema da Dívida basta! Auditoria já!

Maria Lucia Fattorelli é coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e membro titular da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB.

[1] Operação destinada ao pagamento de dívidas anteriores

[2] Bouças, Valentim F., História da Dívida Externa da União – Volume XV da série finanças do Brasil (1824-1937). Jornal do Comércio – Rio de Janeiro (1945), página V

[3] Além desses empréstimos externos, outras obrigações internas foram assumidas na época, em especial o empréstimo de 400 mil contos de réis, chamado por alguns autores de "empréstimo da independência", porque foi autorizado em 30/07/1822: (…) 'para atender às despesas também maiores com a consolidação da Independência'." (Anderson Caputo Silva, 2009, pág. 33)

[4] Bouças, Valentim F., História da Dívida Externa da União – Volume XV da série finanças do Brasil (1824-1937). Jornal do Comércio – Rio de Janeiro (1945), página 40.

[5] Barroso, Gustavo, Brasil: Colônia de Banqueiros. Revisão Editora Ltda. Porto Alegre (1989), 4ª edição.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Privatização: gasolina e diesel ficariam até 14% mais caros

Se a Petrobras já tivesse privatizado todas as refinarias, conforme consta no seu planejamento para desinvestimentos, o preço médio da gasolina no Brasil este ano, até junho, seria 9,5% superior ao praticado. No caso do diesel, se as refinarias já fossem privadas, teríamos um preço médio 14% superior ao que foi praticado.

Os cálculos foram feitos pelo Observatório Social do Petróleo e pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que acabam de lançar uma publicação que mostra a importância da Petrobras para a conquista da Soberania Nacional e desmente os argumentos daqueles que lutam para diminuir o papel histórico da estatal. "Dossiê Petrobrás para os brasileiros" tem Eric Gil Dantas como pesquisador responsável.

O texto mostra que a Acelen – que abocanhou a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia – vem cobrando sistematicamente preços mais elevados do que a Petrobras, à exceção de 13 dias ao longo de 2022. "Em média, ao longo do ano, a Acelen cobrou 7,7% a mais pela gasolina do que a Petrobras. A situação é a mesma para o diesel. Em apenas 17 dias do ano a Acelen vendeu diesel abaixo do preço da Petrobras. Na média, a Acelen vendeu diesel 7,4% mais caro do que a Petrobras", de acordo com o dossiê.

Independência lúdica

O projeto "Caixa Virtual da História: Independência do Brasil – a criação de uma nação", da Emabrinq Serviços e Brinquedos Educativos, empresa de Niterói (RJ), foi selecionado na Categoria B do Edital Retomada Cultural RJ 2 (Governo do Estado e Secretaria de Cultura e Economia Criativa), que contemplou propostas de atividades culturais voltadas para a comemoração dos 200 anos da Independência.

Através de recursos lúdicos, fala sobre a História do Brasil para crianças, adolescentes, pais e educadores. Segundo Claudia Helbetz, coordenadora da Emabrinq e responsável pelo projeto, todo o material poderá ser acessado no site "Histórias de Pindorama: um projeto de histórias, memórias e infâncias", em fase de construção.

Música

Canto de Ossanha, canção de Vinicius de Moraes e Baden Powell, é a trilha sonora perfeita para o 7 de Setembro em Brasília.

Rápidas

O seminário "BR do Mar, seus desdobramentos legais e seu real impacto para a cabotagem" será realizado nesta quinta-feira, 9h30, pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com mediação de Nilson Mello, integrante da Comissão de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário do IAB *** A próxima live do BNI Brasil acontecerá nesta quarta, às 19h30, com Bruno Pecci, especialista em comunicação não verbal, no perfil @bnibrasil. E na quinta, Adriana Pina, diretora executiva do BNI RJ, será facilitadora de um encontro no grupo BNI Winners para debater cultura como meio de alavancar os negócios *** A banda Get Beatles se apresenta nesta quinta, às 19h, no Américas Shopping *** Nesta quinta, 14h, o Crab recebe a palestra "Design Essencial" com o arquiteto Marcelo Rosenbaum, como parte das atividades da mostra *Casa do Brasil Central, do Cerrado ao Pantanal*, com inscrições pelo Sympla.

Rosa Weber vê 'maniqueísmos indesejáveis' ao assumir STF

Ministra que votou contra Lula defende texto constitucional

"Vivemos tempos particularmente difíceis na vida institucional do país, tempos verdadeiramente perturbadores de maniqueísmos indesejáveis. O STF não pode desconhecer essa realidade até porque tem sido alvo de ataques injustos e reiterados, inclusive sob a pecha de ativismo judicial por parte de quem desconhece o texto constitucional".

O atual quadro institucional foi definido pela ministra Rosa Weber ao defender o Estado Democrático de Direito e o cumprimento da Constituição, no seu discurso de posse, nesta segunda-feira, da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Rosa Weber também recebeu homenagens da ministra Cármen Lúcia, que falou em nome dos demais ministros da Corte. Cármen declarou que a posse tem importância jurídica e social.

"A investida de Vossa Excelência honra a cidadania brasileira. É motivo de júbilo da magistratura brasileira, ainda composta majoritariamente por homens. O ramo da Justiça do Trabalho é o único do Judiciário brasileiro que dá demonstração da necessidade de se superar a desigualdade entre homens e mulheres nos cargos públicos. Naquele ramo do Judiciário, o número de juízes e juízas equilibra-se", disse a ministra.

Ela é a terceira mulher a ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro, ao qual chega após 46 anos de carreira na magistratura. O ministro Luís Roberto Barroso será empossado como vice-presidente. Gaúcha de Porto Alegre (RS), Rosa Weber ingressou na magistratura em 1976, como juíza do Trabalho substituta. Ao ser eleita, afirmou que pretende desempenhar a função com serenidade e apoio dos demais ministros, sempre na defesa da integridade e da soberania da Constituição e do regime democrático.

Em quase 11 anos de atuação no Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber relatou processos com grande impacto sobre matéria ambiental, transparência, fiscalização de agentes públicos e proteção a garantias fundamentais.

Entretanto, no caso mais importante, em que poderia dar justamente as garantias fundamentais ao ex-presidente Lula, a ministra se manifestou contra habeas corpus dizendo que seguiria a maioria e permitiu que o ex-presidente fosse preso enquanto respondia ao processo do triplex em outras instâncias. Ano passado, o caso foi anulado pelo STF em duas decisões, restabelecendo a inocência de Lula.

Outros casos como as Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADIs) 3406 e 3470, em que o Plenário validou lei do Estado do Rio de Janeiro que trata da substituição progressiva dos produtos contendo amianto branco em seu território. Na ocasião, a Corte reafirmou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal que permitia o amianto crisotila no país. Em seu voto, a ministra destacou que a lei fluminense se pauta pelo princípio da precaução e demonstra preocupação com o meio ambiente e a saúde humana.

O Plenário também seguiu a relatora ao referendar liminar, deferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, que autorizou a continuidade das emendas de relator ao Orçamento da União, condicionando sua execução à observância das regras de transparência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A suspensão da execução dessas parcelas, segundo a ministra, prejudicaria o cumprimento de programações orçamentárias vinculadas à prestação de serviços públicos essenciais à população.

Outro julgamento de destaque foi o da ADI 5755, quando o STF declarou a inconstitucionalidade do cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais que não forem resgatados no prazo de dois anos. Para a relatora, essa restrição não está prevista na disciplina constitucional sobre a matéria.

Também com base no entendimento da ministra Rosa Weber, o Plenário estabeleceu que a requisição de dados bancários e fiscais considerados imprescindíveis pelo corregedor nacional de Justiça é constitucional, mediante decisão fundamentada e baseada em indícios concretos da prática do ato investigado (ADI 4709). Segundo a ministra, o STF reconhece o status constitucional do sigilo fiscal, mas não como direito absoluto.

FMI: revisão de programa de dívida da Argentina está em curso

A chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, disse nesta segunda-feira que um acordo de equipe técnica com a Argentina deve ser concluído nos próximos dias, conforme a organização conduz uma segunda revisão de seu programa com o país.Em comunicado, Georgieva saudou o forte compromisso argentino em atingir as metas de seu programa de dívida e disse que o programa "permanecerá inalterado".

Georgieva elogiou as "fortes medidas" tomadas pelo ministro argentino da Economia, Sergio Massa, para estabilizar os mercados e "reverter um cenário de alta volatilidade" no país sul-americano.

A declaração veio depois de uma reunião entre Georgieva e Massa nesta segunda-feira, no contexto de uma segunda revisão do acordo de US$ 44 bilhões assinado em março deste ano.

O programa busca aumentar as reservas nacionais e reduzir o déficit fiscal primário da Argentina para 2,5% do PIB em 2022 e 1,9% em 2023.

Petrobras reduz preços de venda de GLP para as distribuidoras

A partir desta terça-feira, o preço médio de venda de GLP (gás de cozinha) da Petrobras para as distribuidoras passará de R$ 4,23/kg para R$ 4,03/kg, equivalente a R$ 52,34 por 13kg, refletindo redução média de R$ 2,60 por 13 kg.

O Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, ao comentar para a reportagem do Monitor Mercantil sobre a queda no preço do gás de cozinha, ressaltou que "pressionada pelo calendário eleitoral, a gestão da Petrobras virou instrumento de campanha política às vésperas das eleições, passando a reduzir o intervalo de rebaixamento dos preços dos combustíveis. A queda no preço do gás de cozinha, anunciada nesta segunda-feira segue essa estratégia."

Na opinião do sindicalista, a vinte dias do pleito, o governo corre atrás do prejuízo, depois de três anos e oito meses de altas recordes nos preços dos derivados, reajustados com base na equivocada política de preço de paridade de importação (PPI). "Somente no gás de cozinha, a alta de preço, na refinaria, foi de 119,1%, no governo Bolsonaro, levando a camada mais pobre da população a lançar mão de lenha para cozinhar, enfrentando graves riscos de acidentes. Enquanto isso, o salário-/mínimo, sem aumento real, teve reajuste de apenas 21,4% no atual governo", ressaltou.

Segundo a Petrobras, a redução acompanha a evolução dos preços de referência e é coerente com a prática de preços da companhia, "que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

"De forma a contribuir para a transparência de preços e melhor compreensão da sociedade, a Petrobras publica em seu site informações referentes à formação e composição dos preços de combustíveis ao consumidor", informa,em nota, a petroleira.

SEU DIREITO

A força da mediação na resolução de conflitos

Por Luis Fernando Guerrero

Substantivo masculino que prevê a interação entre duas ou mais pessoas. O diálogo costuma ser um convite ao entendimento, onde os envolvidos trocam versões, argumentos e buscam a conciliação de ideias e opiniões. Se bem aproveitado, esse é um momento bastante positivo e com potencial para resolver questões pendentes de diversas naturezas. Na área jurídica, exercitamos muito isso, por diferentes trilhas. A mediação é a menos sofrida e de desfecho mais rápido. Não por acaso é conhecida como negociação facilitada.

Como tudo que envolve comportamento e hábitos adquiridos, a prática da mediação nas questões legais ainda passa por algumas mudanças de paradigmas e entendimento de seus benefícios. Por isso é tão importante falarmos incansavelmente desse tema. Essa é uma prática pouco imaginada pelo cidadão comum ao se ver em uma disputa e que os próprios escritórios e advogados independentes não consideram tão imediatamente. Natural que seja assim, é uma matéria relativamente nova em nossa realidade e que precisa de tempo para conquistar espaço e vencer barreiras.

Culturalmente ainda seguimos presos à ideia de que disputas legais precisam da arena abrigando embates calóricos (cultura da sentença). Algumas, infelizmente, só encontrarão desfecho por esse caminho. Mas isso não é verdade absoluta para todos os casos. Verdade, aliás, que precisa encontrar o eixo central de toda a análise da situação. É compromisso essencial do profissional de direito a transparência absoluta com seu cliente ao se debruçar no diagnóstico do cenário apresentado. Quais as reais possibilidades naquele caso, seus riscos, desdobramentos possíveis, melhores opções de resultado final. É a partir dessa agenda clara que ambos, advogado e cliente, precisam escolher o movimento seguinte.

Em alguns segmentos, até por serem mais pragmáticos e focados no resultado, como questões ligadas ao mundo empresarial e financeiro, essa alternativa tem espaço para ser avaliada sem tanta resistência (o segmento de insolvência e recuperação de crédito que o diga). Em outras disputas, na área do contencioso, por exemplo, o fator emocional tem um peso relevante e se sobrepõe, muitas vezes à razão. é compreensível e cada profissional precisa ter sensibilidade para entender o perfil de cliente e o emaranhado de emoções ali compreendidas.

Vale compreender que o caminho litigioso é sempre mais lento, dolorido e caro. O confronto nesse ambiente cobra um preço alto, financeiro e psicológico. A arbitragem também é uma das trilhas possíveis para se evitar a porta mais complicada de resolução, mas ainda sim é importante considerar que a condução das etapas é compartilhada e a decisão está nas mãos de um terceiro. Na mediação, o diálogo - que Paulo Freire definiu uma vez “cria base para a colaboração”, nos oferece sempre uma possibilidade menos sofrida, ágil e de menor custo. As pessoas conhecem suas dores e sabem até onde estão dispostas negociar, que parte estão dispostas a ceder em troca da paz.

Na mediação buscamos esse lugar, o da melhor solução frente ao cenário, condições das questões e disponibilidade das pessoas em valorizar a combinação vitória x serenidade.Sou defensor do equilíbrio e da sensatez e eles nem sempre se sustentam por muito tempo em uma briga litigiosa. Quando o embate termina, muitas vezes, não sobrou forças para se saborear a vitória, mesmo que ela aconteça.

Luis Fernando Guerrero é advogado sócio de Lobo De Rizzo Advogados, fellow do Chartered Institute of Arbitrators.

Aço bruto no Brasil registra queda de 2,8% e laminado 9,2%

Pressões inflacionárias, incertezas políticas e proteção do mercado latino americano de aço são fatores que determinaram o desempenho da indústria no primeiro semestre de 2022. No entanto, dados da Associação Latinoamericana de Aço (Alacero), responsável por reunir 95% da cadeia produtora da região, indicam que o período foi melhor do que o esperado.

“O crescimento regional foi possibilitado por preços recordes de commodities, principais produtos de exportação da América Latina (AL) e por pressões inflacionárias que levaram os bancos centrais a aumentar as taxas de juros. No entanto, as expectativas do mercado apontam para uma desaceleração econômica em 2023, além dos múltiplos desafios da indústria, sendo a sustentabilidade o maior deles”, explica Alejandro Wagner, diretor executivo da entidade.

Nos primeiros seis meses de 2022, a produção de aço bruto na América Latina ficou 2,3% abaixo do primeiro semestre de 2021 e 3,1% abaixo do segundo semestre deste mesmo ano. Países como Chile (menos 14,1%), Peru (menos 10,1%), Brasil (menos 2,8%), México (menos 1,2%) e Colômbia (menos 0,6%) apresentaram reduções. Entretanto, a Argentina registrou aumento de 4,1%.

Já a produção de aço laminado ficou 1,4% abaixo do primeiro semestre do ano interior e 0,4% abaixo do segundo semestre deste mesmo ano. As reduções aconteceram no Chile (menos 19,9%); Brasil (menos 9,2%); Argentina (menos 4,5%) e Colômbia (menos 2,3%). O Peru (mais 0,3%) registrou estabilidade e o México continua crescendo, tendo obtido alta de 13,6% no primeiro semestre.

“Cada país tem suas peculiaridades para o desempenho da indústria, que é uma das mais importantes em todas as economias sobre as quais estamos falando, mas, de forma geral, a crise internacional ocasionada pela guerra da Rússia se mostrou mais longa do que o esperado. Por isso, a tendência é que o consumo continue baixo até 2023.”, confirma o especialista.

Quanto aos dados de produção de aço bruto em junho de 2022, a comparação mensal indica que a produção foi de 5,31 milhões de toneladas, 4,2% inferior ao mesmo período do ano anterior e 2,6% menor que em maio de 2022. A produção de fornos elétricos também registrou queda mensal de 5,7%, enquanto os altos fornos aumentaram 0,7%. Ambos os dados são em relação a maio de 2022. Já a produção de laminados, quando a comparação mensal é feita, a produção de junho foi de 4,66 mil toneladas, 3,0% inferior a junho anterior e 0,7% menor que o mês anterior, maio de 2022.

Crescem manobras portuárias de apoio a navios que exportam celulose

Mesmo com a eclosão da pandemia de Covid-19, o mercado de celulose não sofreu grandes impactos, o que favoreceu a movimentação no Brasil – o primeiro em exportação no mundo e o segundo maior produtor global, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (EUA). Com a expansão do mercado de celulose, a Wilson Sons, maior operador integrado de logística portuária e marítima do Brasil, também vem registrando um forte crescimento nesse setor.

Em 2022, a conquista de novos clientes e a boa performance de clientes de longa data deste setor levaram a companhia à liderança no apoio portuário a navios que exportam celulose no Brasil, com crescimento acima do mercado. Destacam-se as atuações da Wilson Sons nos portos de Santos (SP), Barra do Riacho (ES), Rio Grande (RS) e Itaqui (MA).

Depois dos chineses, que consomem 40% da celulose exportados pelo Brasil, estão os americanos com 15%. Em 2020 e 2021, o Brasil exportou 17 milhões de toneladas de papel e celulose, tendo a China como principal destino. Este ano, há previsão de que chegue perto de 20 milhões e, em 2023, resultados ainda mais positivos.

Com ampla frota de rebocadores, a companhia vem atendendo a esse aumento da demanda, principalmente em Santos, porto central para o escoamento da carga de celulose. As exportações dos portos de Santos e Barra do Riacho, em Vitória, correspondem, juntas, a quase 70% do volume total exportado de celulose por ano. A maior região produtora é o Centro-Oeste, com a liderança de Mato Grosso do Sul, que escoa sua carga por esses portos.

Nos últimos dois anos, os portos paulista e capixaba representaram entre 30% a 35%, cada um. Em 2022, porém, o volume exportado por Santos tem aumentado de forma considerável. Sozinho, o porto foi responsável por mais de 40% do volume total de celulose exportada no Brasil no primeiro semestre. Esse crescimento em Santos está relacionado ao aumento de investimentos de empresas produtoras na infraestrutura para o escoamento da sua carga. Duas das principais produtoras têm terminais no porto para a sua exportação.

O Porto de Itaqui também vem crescendo nesse setor, especialmente com o recente início das operações do Berço 99, construído para ampliar a capacidade de exportação de celulose da região. Esse porto conta uma frota potente e moderna da Wilson Sons dedicada às operações dos portos de São Luís – inclusive, o novo rebocador WS Centaurus, o mais potente a operar no Brasil, faz o atendimento a essa região.

Airbnb não é serviço hoteleiro mas apresenta particularidades legais

As novas estruturas de locação para temporada têm modificado os termos de lei sobre o que é ou não serviço hoteleiro. No caso do Airbnb, pode-se ter uma confusão por uma questão de detalhes previstos em lei, mas, neste caso, não se trata de serviço turístico.

Segundo Marcos Prado, sócio do Cescon Barrieu em direito imobiliário, de acordo com a Lei nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Na prática, as referidas viagens e estadas devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Somando a isso, de acordo com o Ministério do Turismo, que regulamenta e fiscaliza o setor hoteleiro, o sistema brasileiro de classificação dos meios de hospedagem está fundamentado em uma série de requisitos, que os meios de hospedagem devem atender obrigatoriamente, são eles: infraestrutura mínima das instalações e equipamentos; a oferta de serviços aos hóspedes; e ações de sustentabilidade.

“Ou seja, a conceituação legal de hospedagem está intrinsecamente ligada a um conceito que transcende a mera utilização física do imóvel como abrigo para hóspede, sendo necessária a oferta de serviços assessórios, que não são disponibilizados pelo Airbnb”, explica.

De acordo com o especialista, para configurar serviço turístico, há, ainda, serviços devidamente tributados pelo Imposto Sobre Serviços (ISS) pelas respectivas municipalidades da localidade dos respectivos hotéis, tais como: recepção, segurança, limpeza, lavanderia, enxoval de cama, mesa e banho, serviços de copa, concierge, arrumação, espaços corporativos para realização de reuniões e eventos, alimentação, lazer, esportes, internet, telefonia e/ou até pacotes com experiências gastronômicas e roteiros turísticos e/ou de negócios, dentre outros.

“No caso do Airbnb, em princípio, não haveria a prestação desses serviços, mas, tão somente, a relação locatícia imobiliária privada para temporada de até 90 dias, nos termos da Lei 8.245/91, com a intermediação imobiliária via plataforma digital, sempre para curtos espaços de tempo.

Não fazendo parte do escopo oferecido aos usuários da plataforma, a entrega de serviços assessórios e obrigatórios de hospedagem”, esclarece.

BRASNEFRO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.257.266/0001-14 - NIRE 00.257.266/0001-14

Balanços patrimoniais Em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.490	7.912	49.200	30.335
Contas a Receber	7	-	-	57.473	48.850
Estoques	8	-	-	12.650	6.251
Impostos a recuperar	9	1.195	859	24.049	19.327
Adiantamento a Fornecedores		-	-	1.180	1.651
Dividendos a receber	10	4.975	4.143	-	-
Despesas antecipadas		211	115	2.257	2.470
Outras contas a receber		-	-	11.379	7.494
		25.871	13.029	158.188	116.378
Não circulante					
Outros valores a receber		-	-	699	-
Investimentos	13	556.641	480.869	-	-
Empréstimos partes relacionadas	11	1.756	16.570	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	31.513	-	-	-
Depósitos judiciais	21.1	-	-	8.405	10.056
Direito de uso	18	-	-	38.706	28.501
Imobilizado	14	-	-	61.219	55.551
Intangível	15	-	-	469.464	413.495
		589.910	497.439	578.493	507.603
Total do ativo		615.781	510.468	736.681	623.981
Passivo e do patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores - partes relacionadas	16	-	-	33.055	27.871
Fornecedores terceiros	16	66	-	9.699	8.715
Contas a pagar por aquisição	17	28.046	24.707	28.046	24.707
Passivo de arrendamento	18	-	-	8.169	5.712
Juros a apropriar		346	346	346	468
Salários e encargos sociais a pagar	19	-	-	23.976	18.332
Impostos e contribuições a recolher	20	16	30	12.959	10.782
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	3.621	4.525
Empréstimos com parte relacionada	11	9.498	207.071	-	207.106
Dividendos a distribuir		-	-	260	-
Provisões diversas		752	-	1.369	-
Outras contas a pagar		1.180	-	5.036	6.146
		39.904	232.154	126.536	314.364
Não circulante					
Passivo de arrendamento	18	-	-	31.887	23.697
Empréstimos com parte relacionada	11	48.100	32.854	48.100	32.854
Contas a pagar por aquisição	17	35.005	42.642	35.005	42.642
Provisão para contingências	21	-	13	14.136	12.502
Outras contas a pagar		-	-	31	-
Passivo a descoberto	13	15.322	8.948	-	-
		98.427	84.457	129.159	111.695
Patrimônio líquido	22				
Capital social		532.280	248.453	532.280	248.453
Prejuízos acumulados		(54.830)	(54.596)	(54.830)	(54.596)
		477.450	193.857	477.450	193.857
Acionistas não controladores		-	-	3.536	4.066
		477.450	193.857	480.986	197.923
Total do passivo e patrimônio líquido		615.781	510.468	736.681	623.981

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional, líquida	23	-	-	480.527	410.050
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	-	-	(381.060)	(303.283)
Lucro operacional bruto		-	-	99.467	106.767
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(1.866)	(2.918)	(65.205)	(57.675)
Outras despesas/receitas		658	229	5.178	(3.896)
Resultado de equivalência patrimonial	13	21.384	30.425	-	-
		20.176	27.736	(60.027)	(61.571)
Resultado operacional		20.176	27.736	39.440	45.196
Receitas financeiras		198	2.567	2.866	4.434
Despesas financeiras		(11.982)	(21.038)	(18.357)	(27.679)
Resultado financeiro, líquido	26	(11.784)	(18.471)	(15.491)	(23.245)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		8.392	9.265	23.949	21.951
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	(14.369)	(11.071)
Lucro líquido do exercício		8.392	9.265	9.580	10.880
Resultado de participação em outras sociedades		-	-	(1.188)	(1.615)
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores		8.392	9.265	8.392	9.265

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	8.392	9.265	9.580	9.265
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Ajustes retrospectivos	(8.626)	(28.483)	(8.626)	(28.483)
Total do resultado abrangente do exercício	(234)	(19.218)	954	(19.218)
Atribuível a:				
Acionistas da companhia	(234)	(19.218)	954	(17.603)
Participação dos não controladores	-	-	-	(1.615)
	(234)	(19.218)	954	(19.218)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/Prejuízos acumulados	Total	Participação Não controladores	Total
Saldos em 31/12/2018	153.090	(35.378)	117.712	407	118.118
Aumento de capital	95.363	-	95.363	-	95.363
Ajustes retrospectivos	-	(28.483)	(28.483)	2.044	(26.439)
Lucro líquido do exercício	-	9.265	9.265	1.615	10.880
Saldos em 31/12/2019	248.453	(54.596)	193.857	4.066	197.922
Ajustes retrospectivos	-	(8.626)	(8.626)	(1.718)	(10.344)
Saldos em 1º/01/2020	248.453	(63.222)	185.231	2.348	187.578
Aumento de capital	283.827	-	283.827	-	283.827
Lucro líquido do exercício	-	8.392	8.392	1.188	9.580
Saldos em 31/12/2020	532.280	(54.830)	477.450	3.536	480.985

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	8.392	9.265	9.580	10.880
Ajustes para reconciliar o Lucro ou Prejuízo ao Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	12.088	13.153
Depreciação do direiro de uso (IFRS 16)	-	-	9.560	6.785
Juros (IFRS 16)	-	-	9.876	3.273
Despesa com provisão para contingências	-	(49)	4.174	194
Resultado de equivalência patrimonial	(21.384)	(30.425)	-	-
Ajustes retrospectivos	(8.626)	(10.092)	(10.344)	(36.004)
Alienação de imobilizado	-	-	6.473	2.582
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, efeito líquido	-	-	- 1.089	7.222
Juros e variações monetárias	9.788	(115)	15.246	7
Ajuste reflexo investidas	1.676			
Acionista não controlador	-	-	-	3.659
Provisão Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	14.369	1.576
	(10.154)	(31.416)	69.933	13.327
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/redução de contas a receber	-	-	(7.534)	(13.273)
(Aumento)/redução estoques	-	-	(6.399)	(2.473)
(Aumento)/redução impostos a recuperar	(336)	(94)	(4.722)	(1.744)
(Aumento)/redução adiantamentos a fornecedores	-	-	471	311
(Aumento)/redução despesas antecipadas	(96)	(88)	213	(2.328)
(Aumento)/redução depósitos judiciais	-	-	1.651	(473)
(Aumento)/redução dividendos a receber	(832)	2.961	-	368
(Aumento)/redução outras contas a receber	-	-	(4.584)	-
Aumento/(redução) fornecedores	66	-	6.168	7.379
Aumento/(redução) contas a pagar	(3.118)	28.664	(5.239)	31.600
Aumento/(redução) salários e encargos sociais	-	-	5.644	3.859
Aumento/(redução) tributos correntes a recolher	(14)	30	(13.096)	3.289
Aumento/(redução) provisão para contingências	(13)	-	(2.540)	-
Aumento/(redução) provisões	7.126	(940)	1.370	(6.493)
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	2.783	30.533	(28.597)	20.022
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades operacionais	(7.371)	(883)	41.336	33.349
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Créditos com partes relacionadas	14.814			
Aquisições de direito de uso - (IFRS 16)	-	-	(19.765)	
Aquisições de imobilizado	-	-	(25.449)	(25.932)
Diferença imobilizado (movimentação)			1.285	
DIferença intangível - ágio (movimentação)			(1.558)	
Aquisições de intangível	-	-	(199)	(148)
Dividendos recebidos	11.000	1.200	-	-
AFAC	(31.513)	(2.064)	-	-
Aumento de capital em investida	(600)			
Investimentos em outras sociedades	(12.190)	(2.345)	-	-
DIferença investimentos (movimentação)	1.822			
DIferença investimentos - ágio (movimentação)	(1.819)			
Ágio por combinação de negócios	(54.277)	(167.502)	(54.277)	(167.502)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(72.763)	(170.711)	(99.963)	(193.582)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Partes relacionadas	(192.115)	73.937	(207.106)	69.320
Juros partes relacionadas	-	4.073	-	5.420
Adições de passivo de arrendamento (IFRS 16)			13.020	
Pagamentos de arrendamentos (IFRS16)	-	-	(12.249)	(9.150)
Adiantamento de clientes	-	-	-	(603)
Aumento de capital	283.827	95.363	283.827	95.363
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	91.712	173.373	77.492	160.350
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.578	1.779	18.865	117
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.912	6.133	30.335	30.218
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.490	7.912	49.200	30.335
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.578	1.779	18.865	117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Brasnefro Participações S.A. ("Companhia ou Controladora" ou "Brasnefro"), com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 4667- parte, Jardim Paulista, São Paulo - SP, tem por objeto a participação societária em clínicas de hemodiálise. A Brasnefro em 31/12/2020 possui 30 clínicas com CNPJ Matriz, localizadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal. Em agosto de 1994, as primeiras clínicas de Hemodiálise foram adquiridas pela Brasnefro. Por meio de captação de recursos da controladora da Brasnefro, bem como geração de recursos próprios, a Brasnefro iniciou uma forte expansão por meio de aquisição de novas clínicas, conforme demonstrado abaixo:

Clínicas	Localização	Aquisição
CDR - Clínica de Doenças Renais Ltda.	RJ	1995
Cetene Centro de Terapia Nefrológica Ltda.	SP	1995
Clínica do Rim Ltda.	PE	1995
Instituto Mineiro de Nefrologia Ltda.	MG	1995
Nefroclínica Ltda.	PE	1995
Nephron Brasilia Serviços Médicos Ltda.	DF	1996
Clinefron Tratamento Dialítico e Serviços Médicos Ltda.	RJ	2000
Pró-Rim Clínicas de Doenças Renais Ltda.	RJ	2013
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Vera Cruz Ltda.	MG	2014
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	MG	2014
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Moema Ltda.	SP	2014
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	MG	2014
Nephron Assistência Nefrológica Ltda.	SP	2014
Centro Nefrológico Anil Ltda. (i)	RJ	2015
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Santos Ltda. (i)	SP	2015
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Gávea Ltda. (i)	RJ	2015
Clínica de Diálise de Macaé Ltda. (i)	RJ	2015
Centro Nefrológico de Cascadura Ltda. (i)	RJ	2016
Clínica de Diálise do Ingá Ltda. (ii)	RJ	2017
Medserv - Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	SP	2018
UDT Unidade de Diálise e Transplante Ltda.	SP	2018
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	RJ	2018
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	SP	2018
Pró-Renal Assistência Médica Ltda.	RJ	2018
Centro de Nefrologia e Diálise de João Pessoa Ltda.	PB	2018
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	BA	2019
Uninefron Unidade Nefrológica S.A.	PE	2019
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	SP	2019
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	SP	2020
Renal Services Ltda.	SP	2020

[illegible]

... contábeis levantadas na mesma data-base das demonstrações contábeis da Companhia. **g. Combinação de negócios.** Combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o ganho é contabilizado no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho e perda na alienação. Os ágios gerados nas aquisições realizadas em 2020 estão descritos na Nota n° 13. **h. Imobilizado.** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).** A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Empresa. **Valor residual.** Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **i. Intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente, conforme CPC 04 R1, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável. A vida útil do intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis adquiridos com vida definida são amortizados ao longo da vida útil economia e avaliados à perda por redução [illegible]

Natureza	31/12/2020 Consolidado Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor contábil
Fornecedores partes relacionadas	33.055	-	-	-	33.055
Fornecedores Terceiros	9.699	-	-	-	9.699
Contas a pagar	28.046	-	35.005	-	63.051
Total	70.800	-	35.005	-	105.805

4.3. Gestão de capital. Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda fazer captação de recursos através de empréstimos com a sua investidora na Alemanha para posterior aumento de capital. **4.4. Estimativa do valor justo.** Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: • **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; • **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Para a data-base 31/12/2020 e 2019 não houve operações com derivativos financeiros, e consequentemente não houve mensuração a valor justo para quaisquer modalidades de derivativo. **5. Bases de consolidação. 5.1. Procedimentos.** As demonstrações contábeis incluem as informações da Companhia e suas controladas, descritas abaixo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas; • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados; • A participação dos acionistas não controladores tem o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora. Nas demonstrações contábeis individuais, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. **5.2. Participações Societárias.** A Companhia detém participação direta nas seguintes empresas controladas:

Empresas Investidas Brasnefro S.A – Posição em 31/12/2020

Investidas	Brasnefro S.A.	Demais	
CDR – Clínica de Doenças Renais Ltda.	100,00%	0,00%	
Nefroclinica Ltda.	100,00%	0,00%	
Pró-Rim Clínicas de Doenças Renais Ltda.	100,00%	0,00%	
Nephron Assistência Nefrológica Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro de Nefrologia Diálise Fresenius Medical Care Moema Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Vera Cruz Ltda.	100,00%	0,00%	
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	100,00%	0,00%	
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro Nefrológico de Anil Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Gávea Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro Nefrológico de Cascadura Ltda.	100,00%	0,00%	
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Santos Ltda.	100,00%	0,00%	
UDT – Unidade de Diálise e Transplante Ltda.	100,00%	0,00%	
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	100,00%	0,00%	
Pró-Renal Assistência Médica Ltda.	100,00%	0,00%	
Medserv - Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	99,96%	0,04%	Dialinvest
Centro de Nefrologia e Diálise de João Pessoa Ltda.	100,00%	0,00%	
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	100,00%	0,00%	
Instituto de Nefrologia e Diálise – Ltda.	100,00%	0,00%	
Uninefron Unidade Nefrológica S.A.	60,00%	40,00%	Outros
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	100,00%	0,00%	-------
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	100,00%	0,00%	
Renal Services Ltda.	100,00%	0,00%	

A Companhia detém participação indireta nas seguintes empresas:

CDR – Clínica de Doenças Renais Ltda – Posição em 31/12/2020

Investidas	CDR	Demais	
Clinefron Tratamento Dialítico e Serviços Médicos Ltda.	50,00%	50,00%	Outros
Centro de Terapia Nefrológica Ltda.	100,00%	0,00%	Dialinvest
Instituto Mineiro de Nefrologia Ltda.	100,00%	0,00%	Dialinvest
Nephron Brasilia Serviços Médicos Ltda.	100,00%	0,00%	Dialinvest

Nefroclínica Ltda – Posição em 31/12/2020

Investida	Nefroclínica	(%) Demais	
Clínica do Rim Ltda.	100,00%	0,00%	Dialinvest

6. Caixa e equivalentes de caixa. Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia e suas controladas e depósitos bancários:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa	-	-	11	11
Bancos	195	1.330	23.767	15.003
Aplicações financeiras **(i)**	19.295	6.582	25.422	15.321
Total	19.490	7.912	49.200	30.335

(i) As aplicações financeiras estão representadas por investimentos de baixo risco, em Reais, em instituições financeiras de primeira linha e com liquidez imediata, representadas por fundos de investimento de renda fixa indexados pela taxa de certificado de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI") e pela taxa de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

7. Contas a receber

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Cliente nacional	67.286	59.752
Provisão para perdas esperadas	(9.813)	(10.902)
	57.473	48.850

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
A vencer	21.045	15.819
Total a vencer	21.045	15.819
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	6.405	6.590
Vencidos de 31 a 90 dias	5.531	6.587
Vencidos de 91 a 180 dias	3.032	2.924
Vencidos de 181 a 365 dias	31.273	27.832
Total vencidos	46.241	43.933
Total	67.286	59.752

A abertura do saldo de contas a receber de clientes está demonstrada acima. A Brasnefro não possui saldos a receber de clientes por ser uma Holding. A política da empresa para provisão das perdas para devedores duvidosos é considerar 100% dos valores em aberto com mais de 180 dias para entidades privadas, exceto casos com acordos e com mais de 360 dias para órgãos públicos e levando em consideração que no IFRS9 é atribuída a taxa risco Brasil (divulgada trimestralmente pela matriz) em todo o Contas a Receber que esteja sem provisão. Adicionalmente, são feitas análises mensais por cliente para verificar possíveis acordos e atrasos nos pagamentos deles. Movimentação da provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

Saldos em 31/12/2019	(10.902)
Constituição de perdas esperadas do período corrente	(5.486)
Reversão das perdas esperadas	6.575
Saldos em 31/12/2020	(9.813)

8. Estoques

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Estoque de materiais médicos	12.650	6.251
Total	12.650	6.251

O estoque das investidas da Companhia é composto por materiais e medicamentos utilizados no tratamento de diálise. Os materiais médicos foram diretamente afetados pela mudança da tributação de produtos de Dialise no Estado de São Paulo, onde está estabelecido nosso maior fornecedor, como também pela alta dos preços em função da pandemia do Covid-19.

9. Impostos a recuperar

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo negativo de IRPJ	788	788	3.184	3.895
IRRF	166	70	787	2.319
COFINS sobre órgão público	-	-	3.290	2.576
IRRF s/clientes	-	-	4.290	2.049
Saldo negativo de CSLL	-	-	1.614	1.866
Antecipação IRPJ	-	-	560	1.685
Antecipação CSLL IN381	-	-	2.502	1.241
INSS retido terceiros	-	-	2.932	994
Antecipação Pis	-	-	633	-
Antecipação COFINS IN381	-	-	2.744	830
Antecipação CSLL	-	-	217	723
Outros impostos a recuperar	241	1	1.296	1.149
	1.195	859	24.049	19.327

10. Dividendos a receber

	Controladora 2020	Controladora 2019
Pró-Rim Campos Ltda.	2.481	2.480
Clínica de Doenças Renais Ltda.	1.944	-
Nefron Serv. Médicos Nefrologia Ltda.	550	1.500
Nefroclínica Ltda.	-	163
Total	4.975	4.143

11. Empréstimos com partes relacionadas

Empréstimos Ativos – Não circulante	Controladora 2020	Controladora 2019
Instituto Mineiro de Nefrologia e Diálise Ltda.	1.248	-
Nephron Brasília Ltda.	312	-
Centro de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	195	4.370
Clínica de Doenças Renais Ltda.	-	11.464
Outros	-	736
	1.756	16.570

Os empréstimos ativos, conforme acima demonstrado, referem-se a contratos de mútuos celebrados entre a Brasnefro e suas investidas com taxa de juros de 1% a.m.:

Empréstimos Passivos – Circulante	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fresenius Medical Care AG&CO Kgaa **(i)**	-	198.418	-	198.418
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	4.515			
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	2.322			
Unidade Nefrológica Ltda.	2.217			
Principal	9.054	198.418	-	198.418
Juros	444	8.653	-	8.688
Total principal e juros	9.498	207.071	-	207.106

Empréstimos Passivos – Não Circulante	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fresenius Medical Care AG&CO Kgaa **(i)**	46.531	31.500	46.531	31.500
Principal	46.531	31.500	46.531	31.500
Juros	1.569	1.384	1.569	1.384
Total principal e juros	48.100	32.884	48.100	32.884
Total curto prazo	9.498	207.071	-	207.106
Total longo prazo	48.100	32.884	48.100	32.884

(i) Os empréstimos passivos, demonstrados acima, decorrem de empréstimos celebrados entre a Brasnefro e sua investidora Fresenius Medical Care Ag&Co Kgaa para aquisição de investimentos (clínicas) no Brasil. O montante no curto prazo foi pago no exercício de 2020, com recursos próprios e através do aumento de capital e integralização pelos acionistas.

12. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

	Controladora 2020	Controladora 2019
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	2.133	-
CDR-Clínica de Doenças Renais Ltda.	6.867	-
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	4.994	-
Clínica de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	4.083	-
Unidade de Transplante e Diálise Ltda.	3.759	-
Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Gávea Ltda.	3.121	-
Nefron Assistência Nefrológica Ltda.	1.564	-
Nefroclínica Ltda.	1.248	-
Pró-Rim Campos Ltda.	1.248	-
Pró-Renal Assistência Médica Ltda.	1.248	-
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	624	-
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	624	-
	31.513	-

13. Investimentos. 13.1. Composição do saldo

Investida	% Participação	2020	2019
Clínica de Doenças Renais Ltda.	99,99	46.560	43.837
Nefroclínica Ltda.	99,99	3.496	4.836
Pro Rim Clínica de Doenças Renais Ltda.	99,99	(2.443)	(2.285)
Nefron Assistência Nefrológica Ltda.	99,99	4.501	1.743
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Moema Ltda.	99,99	1.043	1.340
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	99,99	7.359	5.625
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	99,99	4.426	3.349
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Vera Cruz Ltda.	99,99	(59)	(54)
Centro Nefrológico de Anil Ltda.	100,00	6	-
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Gávea Ltda.	100,00	(2.202)	-
Centro Nefrológico de Cascadura Ltda.	100,00	4	-
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Santos Ltda.	99,99	(5)	-
Unidade de Transplante e diálise Ltda.	99,99	(6.863)	(2.570)
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	99,99	(1.403)	1.091
Pró Renal Assistência Médica Ltda.	99,99	(140)	689
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	99,96	2.807	973
Centro de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	100,00	(2.207)	(2.907)
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	99,99	443	(1.132)
Instituto de Nefrologia e Diálise	99,99	4.189	1.151
Uninefron Unidade Nefrológica S/A	100,00	4.966	6.246
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	100,00	8.281	-
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	100,00	-	-
Renal Services Ltda.	100,00	2.475	-
Total investimento		75.234	61.932
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		466.085	409.989
		541.319	471.921
Investimento		556.641	480.869
Provisão para perda de investimento (Passivo)		(15.322)	(8.948)

13.2. Informações adicionais sobre as empresas investidas

Controlada	Ativo total	Passivo Circulante	Receita bruta	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Clínica de Doenças Renais Ltda.	116.269	(51.633)	(232.193)	(46.560)	(13.997)
Nefroclínica Ltda.	22.717	(8.262)	(30.980)	(3.496)	1.340
Pro Rim Clínica de Doenças Renais Ltda.	4.145	(4.788)	10.841	2.443	158
Nephron Assistência Nefrológica Ltda.	10.587	(4.528)	(18.136)	(4.501)	(2.759)
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Moema Ltda.	1.201	(7)	-	(1.043)	297
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	11.240	(3.815)	(13.801)	(7.359)	(1.733)
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	7.998	(3.572)	(15.375)	(4.426)	(1.077)
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Vera Cruz Ltda.	41	(44)	-	59	4
Centro Nefrológico Anil Ltda.	42	(34)	-	(6)	1
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Gávea	4.336	(88)	(86)	2.201	2.203
Centro Nefrológico de Cascadura Ltda.	72	(9)	-	(4)	(6)
Centro Nefrológico de Barra Mansa Ltda.	6	-	-	5	5
Unidade de Transplante e Diálise Ltda.	7.375	(8.320)	(11.064)	6.863	4.893
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	6.715	(1.507)	8.282	1.402	2.493
Pró Renal Assistência Médica Ltda.	4.575	(3.457)	(16.183)	140	829
Medserv Assist. Médica e Nefrológica Ltda.	5.680	(2.249)	(11.420)	(2.808)	(1.835)
Centro de Nefrologia e Diálise J.Pessoa Ltda.	13.266	(15.287)	(17.547)	2.207	(1.025)
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	6.746	(4.656)	(15.647)	(443)	(1.575)
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	11.455	(7.317)	(24.086)	(4.189)	(3.037)
Uninefron Unidade Nefrológica S/A	6.499	(1.533)	(11.887)	(4.966)	(944)
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	16.313	(4.147)	(38.490)	(9.538)	(8.281)
Renal Vida Assist. Integral ao Renal Ltda.	11.088	(7.670)	(28.699)	168	3.111
Renal Services Ltda.	6.554	(4.079)	(21.187)	(1.457)	(449)
Total	274.920	(137.002)	(487.658)	(73.662)	(21.384)

13.3. Movimentação dos investimentos (com ágio)

Investida	Saldo em 2019	Aquisição	Ágio	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	PL Reflexo	Perda de investimento	Dividendos	Saldo em 2020
CDR-Clínica de Doenças Renais Ltda.	71.340	-	-	-	13.995	(277)	-	(11.000)	74.058
Nefroclíniada Ltda.	14.631	-	-	-	(1.341)	-	-	-	13.290
Pro-Rim - Clínica de Doenças Renais Ltda.	923	-	-	-	(158)	-	2.443	-	3.208
Nephron Assistência Nefrológica Ltda.	9.612	-	-	-	2.759	-	-	-	12.371
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Moema Ltda.	3.814	-	-	-	(297)	-	-	-	3.517
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	13.997	-	-	-	1.733	-	-	-	15.730
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	9.782	-	-	-	1.077	-	-	-	10.859
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Vera Cruz Ltda.	560	-	-	-	(4)	-	59	-	615
Centro Nefrológico Anil Ltda.	-	7	-	-	5	-	-	-	12
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Gávea Ltda.	-	1	-	-	(2.203)	-	2.202	-	-
Centro Nefrológico de Cascadura Ltda.	-	-	-	-	6	(3)	-	-	3
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Santos Ltda.	-	-	-	-	(5)	-	5	-	-
UDT-Unidade de Diálise e Transplante Ltda.	27.337	-	-	600	(4.893)	-	6.863	-	29.907
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	7.413	-	-	-	(2.494)	-	1.403	-	6.322
Pro-Renal Assistência Médica Ltda.	19.292	-	118	-	(829)	-	140	-	18.721
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	14.861	-	-	-	1.833	-	-	-	16.694
Centro de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda	31.199	-	4.421	-	1.025	(768)	2.207	-	38.084
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	63.826	-	6	-	1.575	-	-	-	65.407
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	96.841	-	84	-	3.037	3	-	-	99.965
Unidade Nefrológica S/A	22.658	-	1.693	-	944	(397)	-	-	24.898
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	63.835	-	4.515	-	8.281	434	-	-	77.065
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	-	9.781	22.841	-	(3.111)	(6.670)	-	-	22.841
Renal Services Ltda.	-	2.401	20.599	-	449	(375)	-	-	23.074
Total Investimento	471.921	12.190	54.277	600	21.384	(8.050)	15.322	(11.000)	556.641

14. Imobilizado líquido

Descrição	% Taxa de vida útil	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Móveis e utensílios	10	8.348	8.802
Instalações	10	31.022	18.649
Veículos	20	403	738
Terrenos e edificações	10	885	885
Máquinas e equipamentos	10	11.653	12.968
Imobilizado em andamento		8.908	13.509
Total		61.219	55.551

14.1. Movimentação. A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2020 e 2019 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo 2019	Adição	Baixa	Transferência	2020
Móveis e utensílios	24.398	738	(1.285)	-	23.851
Instalações	36.163	15.892	(2.875)	4.610	53.790
Veículos	2.513	111	(279)	-	2.345
Terrenos e edificações	885	-	-	-	885
Máquinas e equipamentos	27.294	8.572	(8.218)	-	27.648
Imobilizado em andamento	13.373	136	-	(4.610)	8.899
Total do custo	104.626	25.449	(11.372)	-	117.418

Descrição	Depreciação acumulada 2019	Adição	Baixa	Transferência	2020
Móveis e utensílios	(15.595)	(1.806)	618	-	(16.784)
Instalações	(17.514)	(3.060)	713	-	(19.861)
Veículos	(1.775)	(315)	-	-	(2.090)
Máquinas e equipamentos	(14.191)	(6.842)	3.568	-	(17.464)
	(49.075)	(12.023)	4.899	-	(56.199)
Imobilizado líquido	55.551	-	-	-	61.219

BRASNEFRO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.257.266/0001-14 - NIRE 00.257.266/0001-14

No ano de 2020, para manter o curso normal das operações a companhia adquiriu novos ativos imobilizados para substituição e/ou adição nas clínicas.

15. Intangível

	Consolidado	
	2020	2019
Software	585	386
(-) Amortização	(286)	(221)
Ágio na aquisição de empresas	469.165	413.330
Total	**469.464**	**413.495**

No ano de 2020, a Brasnefro, no curso normal de suas operações, adquiriu as empresas: Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda. e Renal Services Ltda. Também incorporou as empresas: Centro de Nefrologia e Diálise Anil Ltda., Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Gávea e Centro Nefrológico de Cascadura Ltda. e adquiriu 10% remanescentes de participação na sociedade Clínica de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda. **Ágio reconhecido na aquisição do investimento.** A tabela abaixo demonstra a composição do ágio de rentabilidade futura da Companhia referente a aquisição das empresas mencionadas anteriormente:

Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	
Preço pago para aquisição de 100%	30.300
PL ajustado na data de aquisição	9.780
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	**20.520**
Renal Services Ltda.	
Preço pago para aquisição de 100%	23.000
PL ajustado na data de aquisição	2.401
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	**20.599**

Investidas da controladora	Saldo em 31/12/2019	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2020
CDR-Clínica de Doenças Renais Ltda.	27.503	-	-	27.503
Nefroclínica Ltda.	9.795	-	-	9.795
Pro-Rim - Clínica de Doenças Renais Ltda.	3.208	-	-	3.208
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Moema Ltda.	2.474	-	-	2.474
Nephron Assistência Nefrológica Ltda.	7.869	-	-	7.869
Nefron Serviços Médicos de Nefrologia Ltda.	6.433	-	-	6.433
Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda.	8.372	-	-	8.372
Centro de Nefrologia e Diálise FMC Vera Cruz Ltda.	614	-	-	614
Unidade de Diálise e Transplante Ltda.	29.907	-	-	29.907
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	13.888	-	-	13.888
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	6.322	-	-	6.322
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	64.958	-	5	64.963
Pro-Renal Assistência Médica Ltda.	18.603	-	119	18.722
Centro de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	34.106	4.421	(442)	38.085
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	95.690	-	84	95.774
Uninefron Unidade Nefrológica S/A	16.412	-	3.520	19.932
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	63.836	432	4.515	68.783
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	-	20.519	2.323	22.842
Renal Services Ltda.	-	20.599	-	20.599
	409.990	**45.971**	**10.122**	**466.085**

Investidas da CDR - Clínica de Doenças Renais	Saldo em 31/12/2019	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2020
Cetene - Centro de terapia Nefrológica Ltda.	1.095	-	-	1.095
Clínica de Diálise do Ingá	2.245	-	(261)	1.985
	3.340	-	(261)	3.080
Total	**413.330**	**-**	**-**	**469.165**

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

16. Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2020
Fresenius Medical Care Ltda.	-	-	33.055	27.871
Terceiros	66	-	9.699	8.715
	66	**-**	**42.754**	**36.586**

17. Contas a pagar - aquisições	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Unidade de Diálise e Transplante Ltda.	3.514	3.801	3.514	3.801
Clínica de Diálise Volta Redonda Ltda.	599	1.783	599	1.783
Pró Renal Assistência Nefrológica Ltda.	1.198	3.009	1.198	3.009
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	1.212	903	1.212	903
Centro de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	3.025	2.595	3.025	2.595
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	4.675	1.505	4.675	1.505
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	7.730	8.312	7.730	8.312
Uninefron Unidade Nefrológica S/A	1.234	377	1.234	377
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	1.839	1.021	1.839	1.021
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	2.592	-	2.592	-
Renal Service Ltda.	427	-	427	-
Outros	-	1.401	-	1.401
Total Passivo Circulante	**28.046**	**24.707**	**28.046**	**24.707**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Renal Vida Assistência Integral ao Renal Ltda.	11.250	9.190	11.250	9.190
Samarim Assistência Nefrológica Ltda.	7.148	13.682	7.148	13.682
Instituto de Nefrologia e Diálise Ltda.	6.315	-	6.315	-
Renal Services Ltda.	4.217	4.123	4.217	4.123
Uninefron Unidade Nefrológica S/A	3.338	4.516	3.338	4.516
Clínica de Nefrologia Santa Rita Ltda.	1.502	-	1.502	-
Clínica de Nefrologia e Diálise João Pessoa Ltda.	(104)	2.730	(104)	2.730
Pró Renal Assistência Nefrológica Ltda.	532	2.451	532	2.451
Medserv Assistência Médica e Nefrológica Ltda.	339	2.148	339	2.148
UDT-Unidade de Transplante e Diálise Ltda.	468	3.802	468	3.802
Total Passivo Não Circulante	**35.005**	**42.642**	**35.005**	**42.642**

Os valores referem-se as obrigações com os antigos sócios decorrentes da aquisição das clínicas acima relacionadas. **18. Direito de uso e Passivo de arrendamento.** A partir de 01/01/2019, a companhia aplicou a CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Companhia de 8,62 % e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado:

	Consolidado
	2020
Direito de uso	
Imóveis	52.639
(-) Depreciação acumulada	(13.933)
	38.706
Movimentação do ativo de direito de uso	
Adoção inicial - IFRS 16 / CPC 06(R2)	-
Saldos em 01/01/2019	**34.861**
Adições	425
Depreciação	(6.785)
Saldos em 31/12/2019	**28.501**
Adições	19.765
Depreciação	(9.560)
Saldos em 31/12/2020	**38.706**

Passivo de arrendamento	Consolidado
	2020
Arrendamento a pagar - CPC 06	40.056
	40.056
Circulante	8.169
Não circulante	31.887
	40.056
Movimentação do passivo de arrendamento	
Adoção inicial - IFRS 16 / CPC 06(R2)	-
Saldos em 01/01/2019	**34.861**
Adição	425
Juros do período	3.273
Pagamentos	(9.150)
Saldos em 31/12/2019	**29.409**
Adição	13.020
Juros do período	9.876
Pagamentos	(12.249)
Saldos em 31/12/2020	**40.056**

Vencimento	Saldo a pagar
2021	(8.169)
2022	(8.494)
2023	(7.463)
2024	(4.180)
2025	(3.301)
2026	(3.369)
2027	(3.306)
2028	(1.724)
2029	(50)
Total	**(40.056)**

19. Salários e encargos sociais	Consolidado	
	2020	2019
Provisão de férias	15.489	11.701
INSS a pagar	4.320	2.877
Rescisões a pagar	911	880
Bônus e gratificações a pagar	313	176
Salários a pagar	541	245
Outros	2.402	2.453
Total	**23.976**	**18.332**

20. Tributos correntes a recolher	2020	2019	2020	2019
ISS a recolher	-	-	5.255	4.950
COFINS a recolher	-	-	2.908	1.816
ISS retido	-	-	254	197
IRRF s/salários	-	-	425	726
Pis/COFINS 4,65%	-	26	-	141
IRRF de terceiros a recolher	12	4	866	151
CSLL/COFINS/PIS	3	-	693	-
Outros impostos	1	-	2.558	2.801
Total	**16**	**30**	**12.959**	**10.782**

21. Provisão para contingências. As provisões para as eventuais perdas decorrentes dos processos judiciais são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31/12/2020 e 2019, a Companhia mantinha uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável como abaixo resumido:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Trabalhista	Civeis	Total	Trabalhista	Civeis	Total
Prováveis	-	-	-	12	-	12

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Trabalhista	Civeis	Total	Trabalhista	Civeis	Total
Prováveis	12,601	1,535	14,136	9,901	2,601	12,502
Possíveis	9,624	4,477	14,101	7,651	7,680	15,331
Total	**22,225**	**6,012**	**28,237**	**17,552**	**10,281**	**27,833**

Causas possíveis. O montante relativo a processos com prognóstico de perda possível consolidado é de R$14.101 em 2020, distribuídos conforme abaixo: **(1) Trabalhista:** R$9.624, composto principalmente e não exclusivamente por processos da Brasnefro (R$1.121), CDR – Clínica de Doenças Renais Ltda (R$4.460) e Nefroclínica (R$1.741). Os demais valores, estão pulverizados entre processos das outras investidas; **(2) Cível:** R$4.477, composto principalmente e não exclusivamente por processos da Brasnefro), CDR – Clínica de Doenças Renais Ltda (R$4.434). Os demais valores, estão pulverizados entre processos das outras investidas. **21.1. Depósitos judiciais.** Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão dos processos em andamento, os quais totalizam em 31/12/2020 e 2019 os seguintes valores:

	2020	2019
Fiscal	5.659	5.659
Trabalhista	2.378	4.166
Outros	368	231
	8.405	**10.056**

22. Patrimônio líquido. 22.1. Capital social. No exercício de 2020, os sócios aportaram recursos para aumento de capital no valor de R$283.827 (duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e vinte e sete mil Reais). Dessa forma, o capital social em 31/12/2020, passa a ser de R$ 532.280 (quinhentos e trinta e dois milhões, duzentos e oitenta mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 532.280 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada:

	2020	2019
	Número de Quotas	Número de Quotas
Preafin III S A R L	1	1
Dialinvest Serviços e Participações Ltda.	532.279	248.452
	532.280	**248.453**

22.2. Destinação dos lucros. A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, e nos casos de omissão obedecerá ao disposto no § 2º art. 202 Lei n° 6.404/1996, em que a Assembleia-Geral decidindo deliberar alteração para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. O lucro do exercício foi absorvido pelo prejuízo acumulado, portanto, não houve distribuição de dividendos. **22.3. Reservas de lucros e capital.** A Companhia não possui reservas de lucros, uma vez que os recursos utilizados para financiamento de aplicações adicionais do capital fixo e circulante são oriundos da FMC KGA Alemanha. O lucro do exercício foi absorvido pelo prejuízo acumulado, portanto, não houve constituição de reservas.

23. Receita operacional líquida	Consolidado	
	2020	2019
Receita de tratamentos de diálise	516.627	475.536
Total Receita operacional	**516.627**	**475.536**
Impostos e outras deduções	(36.100)	(65.486)
Receita operacional líquida	**480.527**	**410.050**

24. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	Consolidado	
	2020	2019
Custo de pessoal	(228.095)	(187.256)
Custo de material médico	(100.317)	(52.684)
Serviços PJ	(24.135)	(36.358)
Energia elétrica	(7.462)	(6.702)
Água e esgoto	(12.316)	(10.268)
Refeição e transporte de pacientes	(5.504)	(4.198)
Manutenção	(3.230)	(1.969)
Outros	-	(3.848)
Total Custos Direto	**(381.059)**	**(303.283)**

25. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação e amortização	-	-	(12.023)	(6.610)
Amortização IFRS16	-	-	(9.560)	(6.785)
Materiais de consumo/manutenção	-	-	(6.090)	(5.495)
Serviços administrativos/PJ	(1.522)	(2.483)	(11.945)	(16.007)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(5.486)	7
Aluguel de imóveis	-	-	(4.844)	(5.601)
Provisão para contingências	-	-	(4.174)	(3.151)
Telefone/internet	-	-	(1.902)	(1.561)
Despesas de viagem/Locomoção	(2)	-	(1.194)	(1.195)
Bens de baixo valor	-	-	(1.775)	(1.371)
Licenças/manutenção de softwares	-	-	(1.752)	(1.337)
IPTU/Taxas prediais/Condomínio	-	-	(1.426)	(2.029)
Fretes	-	-	(411)	(286)
Encargos trabalhistas	-	-	-	(2.714)
Seguros	(290)	(318)	-	(351)
Pis/COFINS s/serviços	(35)	(117)	(133)	(217)
Aluguel de máquinas	-	-	-	(354)
Despesas legais	-	-	(563)	(505)
Aluguel repasse hospitalar	-	-	-	(1.682)
Perda de ativo	-	-	-	(432)
Outros	(17)	-	(1.925)	-
	(1.866)	**(2.918)**	**(65.205)**	**(57.675)**

26. Resultado financeiro, líquido	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita Financeira				
Juros partes relacionadas	34	2.176	1.940	1.780
Juros terceiros	164	391	926	1.791
Outros	-	-	-	863
	198	**2.567**	**2.866**	**4.434**
Despesa Financeira				
Juros partes relacionadas	(9.899)	(17.451)	(11.595)	(19.625)
Juros terceiros	(2.083)	(3.585)	(3.051)	(4.704)
Juros locação	-	-	(3.519)	(1.911)
Outros	-	(2)	(192)	(1.439)
	(11.982)	**(21.038)**	**(18.357)**	**(27.679)**
	(11.784)	**(18.471)**	**(15.491)**	**(23.245)**

27. Imposto de Renda e Contribuição Social. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	Controladora	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	8.392	9.265
Alíquota nominal aplicável	34%	34%
	2.853	**3.150**
Diferenças permanentes	(30.175)	(30.069)
Diferenças temporárias	12	(34)
Total adições/exclusões	(30.163)	(30.103)
Total Prejuízo Fiscal	**(27.310)**	**(26.953)**
Corrente	-	-
Diferido	-	-

	Consolidado	
	2020	2019
Receita do período de empresas optantes pelo Lucro Presumido	274.982	266.457
Alíquota efetiva -3.08%	3,08%	3,08%
IRPJ/CSLL das empresas optantes pelo Lucro Presumido	**8.469**	**8.207**
Lucro antes do IRPJ/CSLL de empresas optantes pelo Lucro Real	10.453	25.259
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL das empresas optantes pelo Lucro Real	3.554	8.588
Total adições/(exclusões) temporárias e permanentes	15.695	(4.703)
Prejuízo Fiscal (compensação)	(203)	(1.021)
Total IRPJ/CSLL de empresas optante pelo Lucro Presumido	**19.046**	**2.865**
Despesas IRPJ e CSLL reconhecidas no Resultado	14.369	11.071
Corrente	14.369	11.071
Diferido	-	-

A Brasnefro S.A em 2020 e 2019, é optante pela tributação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelo Lucro Real, assim como suas 5 investidas, conforme elencadas abaixo, com alíquotas nominais de 25% e 9% respectivamente, produzindo uma taxa tributária nominal de 34%. 1. CDR – Clínica de Doenças Renais Ltda.; 2. Nefroclínica Ltda.; 3. Centro de Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Vera Cruz Ltda.; 4. Centro de Nefrologia E Diálise Fresenius Medical Care Gávea Ltda.; 5. Centro Nefrológico de Cascadura Ltda.; 6. Centro De Nefrologia e Diálise Fresenius Medical Care Santos Ltda. As demais investidas em 2020 e 2019 foram optantes pelo Lucro Presumido, regime de competência, com alíquotas efetivas de imposto de renda e contribuição social de 3,08%. **28. Cobertura de seguros (não auditado).** A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia. **29. Eventos subsequentes. Novas aquisições de clínicas.** No exercício de 2021, dando seguimento ao seu plano de expansão, a Brasnefro adquiriu uma nova clínica, conforme abaixo:

		Participação Societária	
Data aquisição	Clínicas adquiridas em 2020	Brasnefro (%)	Outros (%)
26/05/2021	Hemonefro Hemodiálise e Nefrologia Ltda	100%	0%

Edilson Paulo de Oliveira
Administrador - CPF 069.700.258-61

Adriana da Silva Felinto
Contadora - CRC-RJ 091366/O

Projeto visa inibir o comércio ilegal de minério no Brasil

Há um projeto de lei (2159/22) que estabelece regras para rastear a comercialização e o transporte de ouro no país. A proposta está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. A proposta precisa passar por análise de comissão especial antes de seguir para análise do Plenário.

Os principais minérios extraídos no Brasil são: ferro, bauxita (alumínio), manganês e nióbio. O país é o segundo maior produtor de ferro do mundo, com cerca de 235 milhões de toneladas. Ele é extraído em jazidas localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais; na Serra dos Carajás, no Pará; e no Maciço do Urucum, no Mato Grosso do Sul. O ferro é o principal componente na fabricação do aço.

O projeto foi apresentado por dsiversas deputadas, entre elas, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), que destaca que o objetivo é inibir o comércio ilegal do minério no Brasil, principalmente em terras indígenas. “A comercialização de ouro ainda não possui mecanismos para atestar a origem do metal e impedir que o ouro ilegal entre no mercado formal, o que tem impulsionado as operações ilegais em áreas que deveriam estar protegidas, como as terras indígenas e unidades de conservação”, afirma a deputada.

O texto, entre outras normas, estabelece que a primeira compra do minério, logo após a extração, só poderá ser feita por instituição autorizada, integrante do Sistema Financeiro Nacional, diretamente do titular da concessão de lavra ou do permissionário de lavra garimpeira.

A operação fica condicionada à apresentação, pelos vendedores, da nota fiscal eletrônica, da Guia de Transporte e Custódia de Ouro e dos lastros minerário e ambiental, os quais serão emitidos em formato eletrônico pela Agência Nacional de Mineração para atestar a regularidade da origem do ouro dos pontos de vista mineral e ambiental.

O projeto torna obrigatória ainda a marcação física do metal na saída da área de extração, por meio de marcadores moleculares, os quais impedem alterações posteriores no lote.

Rastreabilidade

Após a primeira venda, as demais devem, segundo o texto, também conter nas notas fiscais e guias todas as informações que comprovem os lastros e as movimentações de transporte e custódia anteriores.

A proposta passa a exigir também que o transporte do minério para qualquer parte do território nacional seja acompanhado da nota fiscal eletrônica e da Guia, a qual identifica o emissor e traz diversas outras informações como o número do lote e o peso do produto.

Punições

O texto define como crime comercializar ou transportar ouro em desacordo com as regras previstas ou sem a documentação fiscal e administrativa exigida, estabelecendo pena de 3 a 8 anos de reclusão para os infratores, além de multa equivalente ao dobro do valor do ouro apreendido.

O ouro desacompanhado da Guia e de documentação fiscal deverá ser apreendido pelas autoridades fiscalizadoras.

Terras indígenas

Segundo a Agência Câmara de Notícias, a proposta proíbe expressamente a comercialização, por pessoas físicas ou jurídicas, de ouro oriundo de unidades de conservação e de terras indígenas, independente do estágio do processo de demarcação. Estabelece ainda que serão cancelados todos os processos minerários incidentes parcial ou integralmente nessas áreas.

O projeto altera a Lei 7.766?89, que regulamenta o ouro como ativo financeiro e o seu tratamento tributário, a Lei 9.613/98, que trata de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e a Lei 12.844/1.

Superávit comercial sobe 86,3% em duas semanas de setembro

Corrente de comércio até a segunda semana foi de US$ 16,80 bilhões, com US$ 9,57 bilhões em exportações e US$ 7,23 bilhões em importações (aumentou 32,6%), fazendo com que o superávit da balança comercial brasileira subisse 86,3%. Acontece que, no ano, saldo chega a US$ 46,22 bilhões, recuo de11,5% em relação à média diária de janeiro a setembro de 2021.

Os dados divulgados nesta segunda-feira pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia apontam as variações pela média diária, em relação ao mês de setembro do ano passado. Ainda no acumulado do ano, a corrente de comércio subiu 23,4%, atingindo US$ 422,71 bilhões, com US$ 234,46 bilhões de exportações, em alta de 18,8%, e US$ 188,25 bilhões de importações, um aumento de 29,7%.

Apenas na segunda semana de setembro, a balança comercial registrou superávit de US$ 1,324 bilhão e corrente de comércio de US$ 11,106 bilhões, resultado de exportações no valor de US$ 6,215 bilhões e importações de US$ 4,891 bilhões.

O crescimento das exportações em setembro, até a segunda semana, foi puxado pelo aumento dos embarques da Agropecuária, que subiram 85,2%, chegando a US$ 2,10 bilhões. Os destaques foram os crescimentos nas vendas de milho não moído, exceto milho doce (+327,3%), café não torrado (+51,4%) e soja (+52,8%).

As vendas da Indústria Extrativa cresceram 5,3%, chegando a US$ 2,12 bilhões. As maiores altas do setor foram de minérios de cobre e seus concentrados (+77,1%), outros minérios e concentrados dos metais de base (+475,2%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+41,6%).

Também subiram as saídas de produtos da Indústria de Transformação (+38,7%), que atingiram US$ 5,23 bilhões. As principais altas foram registradas em açúcares e melaços (+67,2%), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+135,4%) e gorduras e óleos vegetais, “soft”, bruto, refinado ou fracionado (+419,1%).

Os três setores também aumentaram suas compras do exterior em setembro, até a segunda semana. Na Agropecuária, a alta foi de 27,9%, chegando a US$ 165,56 milhões. Os principais aumentos foram dos desembarques de trigo e centeio não moídos (+82,5%), cevada não moída (+10.398,3%) e frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+46,1%).

Renda fixa obteve 96% das emissões totais em agosto

Maior participação para um único mês deste setembro de 2018

As emissões no mercado de capitais totalizaram R$ 32,5 bilhões em agosto, um recuo de 60% na comparação com o mês anterior. As ofertas somaram R$ 351 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses de 2022, uma redução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda poderá ser acentuada, uma vez que ainda há ofertas em andamento e em análise, de R$ 10,2 bilhões e R$ 12,7 bilhões, respectivamente (desconsiderando as de ações).

A renda fixa respondeu por 96% das emissões do mercado de capitais em agosto (R$ 31,9 bilhões), na maior participação do segmento para um único mês desde setembro de 2018.

"Mesmo com a possibilidade do ciclo de alta dos juros não se prolongar nos próximos meses, o elevado patamar das taxas ainda deverá manter atrativas as condições dos papéis de renda fixa no mercado primário, por conta do forte fluxo de investidores para o segmento", afirma José Eduardo Laloni, nosso vice-presidente.

Debêntures se destacam

Em agosto, as emissões de debêntures somaram R$ 21,6 bilhões, o equivalente a 66% das ofertas totais do mercado de capitais no mês, em linha com a média do acumulado de janeiro a julho. No ano, o volume captado com esses títulos de dívida privada somou R$ 180,2 bilhões, um crescimento de 31% em relação aos R$ 137,5 bilhões ofertados de janeiro a agosto de 2021. O destaque é o aumento da participação dos fundos de investimento como subscritores no acumulado de janeiro a agosto: 42,8%, ante 36,5% no mesmo período de 2021. O crescimento, entretanto, foi insuficiente para ultrapassar a parcela dos intermediários e demais participantes ligados à oferta, que se mantêm como os principais subscritores nas ofertas públicas de debêntures (45,7%). Investidores institucionais (6,7%), pessoas físicas (4,7%) e investidores estrangeiros (0,1%) aparecem em seguida.

Renda variável

Na renda variável, não houve registro de operação no mercado doméstico em agosto. A última oferta ocorreu em julho, com um follow-on de R$ 30,9 bilhões da Eletrobras. No ano, até agosto, as captações somam R$ 49,7 bilhões, sendo R$ 406 milhões em IPOs e R$ 49,3 bilhões em follow-ons.

Os investidores estrangeiros reduziram em mais de 10 pontos percentuais a participação na subscrição de ações, passando de 35,9% para 25,8% entre janeiro e agosto deste ano, na comparação ao mesmo período do ano passado. Assim como ocorreu em julho, nenhuma operação no mercado externo foi registrada em agosto. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, foram contabilizadas 12 operações, que correspondem aos volumes de US$ 5 bilhões em renda fixa e de US$ 125 milhões em renda variável.

Fusões e aquisições movimentaram R$ 271,9 bilhões até agosto 2022

O mercado transacional brasileiro registrou um total de 1518 transações e movimentou R$ 271,9bi até agosto, de acordo com o relatório mensal do Transctional Track Record (TTR) em colaboração com o Intralinks. Esses números traduzem uma diminuição de 7% no número de transações em relação ao mesmo período de 2021. Do total das transações, 45% possuem os valores revelados e 77% das operações já estão concluídas.

Os Estados Unidos seguem sendo o país que mais investe no Brasil, com 152 operações contabilizadas no primeiro semestre. Isso representa entre fusões e aquisições anunciadas e concluídas, e um valor total de R$ 23,2bi.

O setor de Internet, Software & IT Services foi o mais ativo no período, com um total de 311 transações, representando uma diminuição de 29% em relação ao mesmo período de 2021. Em segundo lugar está o setor de Industry-Specific Software, com 220 transações.

Cross-Border

Até agosto de 2022, as empresas brasileiras escolheram os Estados Unidos como seu principal destino de investimento, com 31 transações e um total de R$ 5,5bi, seguido pelo México e Colômbia, com 14 operações cada. Os Estados Unidos e o Reino Unido, com 152 e 29 transações, respectivamente, são os países que mais investiram no Brasil.

As empresas norte-americanas que adquirem empresas brasileiras registraram uma queda de 2% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já as aquisições estrangeiras nos setores de Tecnologia e Internet diminuíram em 0,7%.

Em relação aos fundos estrangeiros de Private Equity e Venture Capital que investem em empresas brasileiras, houve uma diminuição de 35% até agosto. Em Private Equity, foram contabilizadas 62 transações e um total de R$ 12,9bi no período, registrando uma queda de 36% no número de operações, em comparação com o mesmo período de 2021.

No âmbito do Venture Capital, foram realizadas 505 rodadas de investimento, movimentando um capital de R$ 19,9bi, o que resulta um aumento de 3% no número de transações.

No segmento de Asset Acquisitions, foram registradas 139 transações e um total de R$ 43,6bi até agosto, representando uma diminuição de 9% no número de operações, em relação ao mesmo período do ano passado.

A transação destacada pelo TTR em agosto de 2022, foi a conclusão da aquisição do Grupo Fasa pela Rousselot Gelatinas do Brasil, subsidiária da Darting Ingredients. O valor da transação é de aproximadamente R$ 2,8 bilhões. A operação contou com a assessoria jurídica dos escritórios Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados; e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados..

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA** em que **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARQUES DE SÃO VICENTE** move em face de **ESPÓLIO DE MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ** na forma abaixo. **Processo nº** 0195363-68.2010.8.19.0001, A Dra. Caroline Rossy Brandão Fonseca, Juíza em Exercício na 28ª Vara Cível da Comarca da Capital-RJ, FAZ SABER, por este Edital com prazo de 05 dias, aos interessados e aos devedores ESPÓLIO DE MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ que no **dia 19 (dezenove) de setembro de 2022, com início as 11:00h e com término as 11:40h,** será levado a Público Leilão, por valor igual ou acima da avaliação, pelo Leiloeiro Público LEONARDO SCHULMANN, matriculado na JUCERJA nº 116 e/ou Preposta GLACE DI NAPOLI com escritório na Travessa do Paço, nº 23 –sala 812, Centro, CEP.: 20010-170, leilão este que se realizará de forma eletrônica no site www.schulmannleiloes.com.br, o bem penhorado e avaliado em fls. 509, 529, descrito como segue. **LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA:** Certificamos que em pesquisa do mercado imobiliário, que o imóvel situado à Rua Marques de São Vicente, 256 aptº 110 – Gávea – Rio de Janeiro/RJ, foi devidamente vistoriado conforme laudo de avaliação, que inclui levantamento arquitetônico, indicações de padrão, características, qualidade do imóvel e localização em bairro com boa infra-estrutura básica, como proximidade de escolas, supermercados, centro comercial, agência de correios, agências bancárias e outras facilidades. Trata-se de um apartamento com área edificada de 94m², conforme consta no IPTU, com inscrição Municipal de nº 0.791.101-9 e código do Logradouro de nº 07671-1. Imóvel estritamente residencial de fundos, construído no ano de 1966, em bom estado de conservação, reformado, constituído de ampla sala em 2 ambientes, 2 quartos espaçosos, banheiro social, cozinha e boa área de serviço. A unidade conta ainda com uma vaga de garagem e o prédio possui portaria 24 horas. Com base em pesquisa de imóveis de natureza e características intrínsecas e extrínsecas semelhantes, concluímos que o valor de mercado para atualização e, ou para venda fica **R$1.280.000,00 (Valor homologado pela juíza)**. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2020. Constam débitos de IPTU no valor de R$3.281,51, não constam débitos de FUNESBOM, débitos condominiais até julho de 2022 no valor de R$190.472,64. **Sendo infrutífero o primeiro leilão, será vendido no dia 26 (vinte e seis) de setembro de 2022, no mesmo local e horário, pela oferta acima de 50%, de acordo com o art. 886, V, do CPC/2015. Consta no 2º Ofício do RGI: IMÓVEL:** Apartamento 110, do edifício situado na rua Marques de São Vicente nº 256, e sua correspondente fração ideal de 217/10.000 do terreno, que mede: 30,85m de frente pelo novo alinhamento em dois segmentos de 25,55m em linha reta e 5,30m em curva de raio de 6,00m de concordância com o novo alinhamento da rua João Borges, lado esquerdo 55,95m em linha reta, confrontando com os terrenos do prédio 250, da rua Marques de São Vicente, de Julia Ramos Barreto e Maria de Farias Ramos ou sucessores, com terrenos dos prédios nºs 7,13,17 e 21, da rua Duque Estrada, os dois primeiros de Julia Ramos Barreto e Maria Farias Ramos ou sucessores e os dois últimos do espólio de Guiomar Alvim de Figueiredo Ramos, nos fundos, 30,80m em linha reta, confrontando com os terrenos da rua Duque Estrada nº 31, também do espólio de Guiomar Alvim de Figueiredo Ramos, pelo lado direito mede 60,55m em 3 segmentos retos de 45,35m mais 0,40m mais 14,80m, confrontando com os terrenos da rua João Borges nºs 14, 16, 20 e 22 respectivamente, de Austerlina Maciel, Francisco Duque Guimarães, Herman Dutra e Antonio Leite Pinto ou sucessores. Inscrito no FRE sob o nº 791.101 CL 7671. **PROPRIETÁRIO:** Mauricio Novis Botelho, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade. **TÍTULO AQUISITIVO:** Livro 3-FL sob o nº de ordem 72.543 fls. 177, de 11-11-74. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1979. **AV-1 – 23.965- CONVENÇÃO:... R-2 – 23.965 – TÍTULO:** Compra e Venda:... **R-3-23.965 – TÍTULO**: Compra e Venda. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 163, de 18.01.85, protocolada neste Cartório sob o nº 140.894. VALOR: CR$86.500.000. **TRANSMISSÃO**: Guia sob o nº 24/01.491, em 18.01.85. **TRANSMITENTES**: Edson Pereira Borges e sua mulher Maria Lucia Peixoto Borges, brasileira, professora, inscritos no CPF sob o nº 009.534.157-91, residentes e domiciliados nesta cidade, ele já qualificado no ato R-2. **ADQUIRENTE**: Maria Clara de Castro Braz, brasileira, viúva, serventuária da justiça, CPF sob o nº 020.360.457-15, residente e domiciliada nesta cidade. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1985. **R-4-23.965-TÍTULO**: Hipoteca. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura do 10º Ofício de notas desta cidade, livro 5333, fl. 169 de 11.09.95, protocolada neste cartório sob o nº 255.667, em 20.10.95. **VALOR E CONDIÇÕES**: A presente hipoteca tem o objetivo as obrigações decorrentes de contrato de compra e venda de produtos de fabricação da credora firmado em 11.04.95, com crédito rotativo de R$45.500,00, reajustável na forma do título, que vigora por prazo indeterminado, podendo as partes anualmente, até o dia 11 de janeiro, comunicar por escrito sobre a continuidade ou não das obrigações contratuais. **JUROS**: 1% a.m. **PRAZO**: 10 anos, de 11.04.95 a 10.04.2005. **DEVEDORA**: Galeão de Cabo Frio Comércio, distribuição e Representações Ltda Me, com sede em Cabo Frio, na Rua Joaquim Nogueira 1122 CGC nº 00.376.696/0001-55. **INTERVENIENTE HIPOTECANTE**: Maria Clara de Castro Braz, já qualificada no ato R-3. **CREDORA**: Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda, com sede na Avenida dos Pioneiros nº 2822, Distrito de Carambei, Município de Castro-PR, CGC – nº 76.107.762/0001-53. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1995. **R-5-23.965- TÍTULO:** Penhora. **FORMA DO TÍTULO:** Contrafé do Mandado expedido em 15.06.2005, pelo Juízo de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital – RJ, extraído dos autos da Execução Fiscal nº 2004.120.018174-4, proposta pelo Município do Rio de Janeiro em face de MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ, contendo auto de penhora, avaliação e depósito de 26.07.2005, funcionando como depositário o 6º Depositário Judicial, protocolado sob o nº 377.550, em 23.05.2006. **VALOR:** R$2.109,20. **DEVEDORA:** MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ, já qualificada no ato R-3. **CREDOR**: Município do Rio de Janeiro. NÃO TENDO SIDO RECOLHIDOS OS EMOLUMENTOS REFERENTES AO REGISTRO DA PENHORA, SOMENTE SERÁ CANCELADO DITO REGISTRO CONTRA O RECOLHIMENTO DOS MENCIONADOS EMOLUMENTOS, NA OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA ORDEM JUDICIAL DE CANCELAMENTO, SALVO SE A VENCIDA NA AÇÃO FOR A FAZENDA PÚBLICA (DECISÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC Nº29.682/97). Rio de Janeiro, 16/06/2006. **AV-6-23.965-CANCELAMENTO DA PENHORA OBJETO DO ATO R/5:** Nos termos do Ofício nº 3691/2013/OF, expedido em 06/11/2013, pelo Juízo de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital – RJ, protocolado sob o nº 471.455, em 03/02/2014, foi determinado o cancelamento da registro da referida penhora. Rio de Janeiro, 12/02/2014. Rio de Janeiro. **As certidões transcritas acima e as demais certidões na íntegra estarão anexadas aos autos à disposição dos interessados. Para que os interessados tomem conhecimento deste edital, o mesmo foi afixado no local de costume, ficando assim os Réus intimados da Hasta Pública, por intermédio deste edital, suprindo assim a exigência contida no art. 887 do novo CPC/2015.** A arrematação ou adjudicação, salvo pronunciamento judicial em sentido diverso (art. 885 do CPC/2015), far-se-á a vista e imediato por depósito judicial ou meio eletrônico (art.892, caput, do CPC/2015), sendo 5% de comissão do leiloeiro no ato, e 1% de custas de cartório até o máximo permitido por lei, será pago pelo arrematante. Fica ciente o arrematante em caso de desistência sem que haja erro do leiloeiro constatado pelo juízo não será devido o reembolso da comissão. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2022. Eu, __ Chefe de Serventia, mandei digitar e subscrevo. (Ass.) A Dra. Caroline Rossy Brandao Fonseca, MMA. Dra Juíza__ .

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "*caput*" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

COOPERNOVA – COOP. DE MOT. AUT. DO TRANSP. COMPL. DE PASS., FRETAMENTO E TURISMO LTDA. - CNPJ.: 05.029.926/0001-23
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

PELO PRESENTE EDITAL FICAM CONVOCADOS TODOS OS COOPERADOS DA COOPERNOVA EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS ESTATUTÁRIOS E LEGAIS, PARA SE REUNIREM EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA À SER REALIZADA NA SEDE DA COOPERNOVA, LOCALIZADA NA AVENIDA BRAZ DE PINA Nº. 1720 / SALAS 304 E 407 – BRAZ DE PINA – RIO DE JANEIRO - RJ, NO **DIA 23/09/2022 EM 1 ª CONVOCAÇÃO ÀS 09:00H.,** COM A PRESENÇA MÍNIMA DE 2/3 DOS ASSOCIADOS; EM 2 ª CONVOCAÇÃO ÀS 10:00H., C/ A PRESENÇA MÍNIMA DE 50% + 1 DOS ASSOCIADOS; EM 3 ª E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO ÀS 11:00H., COM A PRESENÇA MÍNIMA DE 10 ASSOCIADOS, PARA DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE **ORDEM DO DIA:** 1 – EXCLUSÃO DE COOPERADOS; 2 – INCLUSÃO DE COOPERADOS; 3 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL. * PARA EFEITO DE QUORUM, O Nº. DE COOPERADOS NESTA DATA É DE 063 (SESSENTA E TRÊS). RIO DE JANEIRO, 12 DE SETEMBRO DE 2022.

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ
(SINPROITA) - CNPJ 23.178.519/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por seu representante legal, convoca todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma presencial, na Rua Coronel Pimenta, 40, sala 104, Centro, Itaperuna - RJ no dia 20 de Setembro de 2022, às 10:00 horas em primeira convocação, ou às 10:30 horas com qualquer número em segunda e última convocação, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: 1) Discussão e votação para o Sindicato ser membro fundador e participar da criação ou não da Federação dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - FEPRO-RJ, entidade de grau superior para fins de defesa, organização, coordenação, proteção e representação das entidades a ela filiada, quais sejam, sindicatos que representam os trabalhadores Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, com abrangência estadual e base no Estado do Rio de Janeiro, de conformidade com a base territorial de cada sindicato filiado. 2) Eleição e autorização dos representantes do Sindicato para participar da assembleia de fundação da federação FEPRO-RJ, para discutir, votar e assinar todos os documentos necessários à criação e regularização da Federação, além de votarem e serem votados para os cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Confederação da categoria, como titulares ou suplentes. Itaperuna/RJ, 20 de Setembro de 2022

Dalzy Schuab Moulins
Presidente do Sindicato (SINPROITA)

Ações e ETFs mais negociados por investidores brasileiros

Tesla, Apple, Microsoft. Destaque de performance foi da Petrobras

Agosto foi considerado um mês difícil para os ativos de risco no mundo todo com o S&P 500 em queda e com a maior parte dos principais índices de ações do planeta em baixa. E os ativos mais negociados nos EUA pelos brasileiros não foram exceção.

Curiosamente, a única exceção foi a Petrobras, que teve um resultado bastante positivo, subindo mais de 20% em dólar no mês de agosto após realizar o pagamento de vultosos dividendos para seus acionistas. É o que conclui o levantamento realizado pela fintech Stake, plataforma que conecta pessoas de diferentes países ao mercado de ações americano.

O S&P 500, abreviação de Standard & Poor's 500, ou simplesmente S&P, é um índice composto por quinhentas empresas de capital aberto domiciliadas nos EUA, listadas na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse, na sigla em inglês) e na Nasdaq.

A Petrobras foi muito bem no segundo trimestre, apresentando crescimento acima de 20% em todas as linhas (receita, Ebitda, lucro líquido) e em todas as comparações (anual e trimestral). Com lucro de R$ 54 bilhões, a Petrobras anunciou pagamento de dividendo recorde, de R$ 88 bilhões, ou R$ 6,73 por ação – em duas parcelas, uma no fim de agosto e outra programada no fim de setembro. Isso representa um yield (indicador que mede o rendimento de uma ação apenas com o pagamento de dividendos) de cerca de 20% só nesse pagamento.

De acordo com Rodrigo Lima, analista de investimentos e editor de conteúdo da Stake, as ações de tecnologia, tradicionalmente queridas pelos brasileiros, não tiveram um bom mês.

O período foi marcado pelo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e aumento na volatilidade da Bolsa de Valores após comentários contracionistas de Jerome Powell, presidente do Fed no simpósio anual de Jackson Hole, em que autoridades monetárias internacionais se encontram para discutir sobre o estado da economia global.

Fora isso, não houve nenhuma grande movimentação e mudanças nos principais nomes negociados: investidores brasileiros seguiram com grandes compras em big techs como Tesla, Apple, Microsoft, Coca-Cola, Google, AMC, Amazon e Disney. O grande destaque de performance no mês foi da Petrobras, única das ações mais negociadas por brasileiros na Stake que teve retornos positivos no mês de agosto.

Em relação aos EFTs mais negociados, houve poucas mudanças, destacou a startup. Os principais índices que replicam a Nasdaq, como o QQQ, ou os replicam a S&P 500, VOO e IVV seguiram presentes. Os brasileiros também seguem investindo em imóveis: o VNQ e VNQI são dois dos principais ETFs que investem em REITs (Real estate investment trust) que são os fundos imobiliários dos Estados Unidos e do resto do planeta.

A grande mudança, principalmente, foi o surgimento de algumas apostas mais táticas no setor de petróleo e gás com a presença do GUSH, que é um ETF que investe neste setor com alavancagem de 2x com alta superior a 7% no mês. Além disso, o levantamento mostra a presença do USOI, um ETF do Credit Suisse, que realiza o lançamento de opções cobertas de petróleo. Assim, ele busca gerar uma remuneração extra para os investidores que estão apostando na alta do petróleo, realizando o lançamento coberto de opções de compra.

Top 10 ações mais negociadas por brasileiros na Stake em agosto: Apple Inc. - AAPL; Tesla, Inc. - TSLA; Microsoft Corporation – MSFT; Alphabet Inc.- GOOGL; The Coca-Cola Company – KO; Amazon.com, Inc. - AMZN; The Walt Disney Company – DIS; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – PBR; Vale S.A – VALE; e AMC Entertainment Holdings, Inc. - AMC.

Top 10 ETFs mais negociados por brasileiros na Stake em agosto:

Invesco QQQ ETF – QQQ; Vanguard S&P 500 ETF – VOO; iShares Core S&P 500 ETF – IVV; ProShares UltraPro Short QQQ ETF – SQQQ; Global X SuperDividend ETF – SDIV; Vanguard Real Estate ETF – VNQ; Vanguard Global ex-U.S. Real Estate ETF – VNQI; Direxion Daily S&P; Oil & Gas Exp. & Prod. Bull 2x Shares ETF – GUSH; Credit Suisse Crude Oil Shares Covered Call ETN – USOI; e JPMorgan Equity Premium Income ETF – JEPI.

Mercado financeiro reduz projeção da inflação de 6,61% para 6,4%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, caiu de 6,61% para 6,4% neste ano. É a 13ª redução consecutiva da projeção.

A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições para os principais indicadores econômicos. Segundo a Agência Brasil, para 2023, a estimativa de inflação ficou em 5,17%. Para 2024 e 2025, as previsões são de inflação em 3,47% e 3%, respectivamente.

A previsão para 2022 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,5% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior 5,25%.

Em agosto, a inflação teve nov0º recuo, de 0,36%, após queda de 0,68% em julho. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,39% no ano e 8,73% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre o ano nesse patamar. Para o fim de 2023, a estimativa é de que a taxa básica caia para 11,25% ao ano. Já para 2024 e 2025, a previsão é de Selic em 8% ao ano e 7,5% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo BC elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira neste ano de 2,26% para 2,39%. Para 2023, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 0,5%. Em 2024 e 2025, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,8% e 2%, respectivamente.

A expectativa para a cotação do dólar manteve-se em R$ 5,20 para o final deste ano. Para o fim de 2023, a previsão é de que a moeda americana também fique nesse mesmo patama

ENEVA S.A.
CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.. Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da Terceira Série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Eneva S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Cia.", respectivamente), emitidas nos termos da "*Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.*", celebrada em 14/05/19, entre a Cia. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditada em 27/05/19 e 29/05/19 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem em segunda convocação, no dia 20/09/22, às 15h, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: **(1)** Nos termos das Cláusulas 10.4.1 e 10.4.5. da Escritura de Emissão, pedido da Cia., aos Debenturistas, para: (a) consentimento prévio para ajuste na definição de EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão) para fins de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão), nos termos descritos na proposta da Administração, disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), da Cia. (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br) ("Proposta da Administração"); (b) consentimento prévio para perdão temporário (*waiver*) para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão) em caso de descumprimento do Índice Financeiro para os períodos de 30/06/22 até 30/06/24, desde que o Índice Financeiro apurado nos referidos períodos não ultrapasse os valores máximos descritos na Proposta da Administração, e observado o pagamento de prêmio extraordinário pela Cia. aos Debenturistas, equivalente a 0,125% flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que será devido a cada trimestre em que o Índice Financeiro seja superior a 4,50x, mas inferior ao Índice Financeiro máximo aprovado; e (c) consentimento prévio para realização de qualquer uma das seguintes operações, e independentemente de quais sejam as contrapartes da Cia. na referida operação: (1) cisão da Cia., em que a parcela cindida contenha exclusivamente Ativos de Carvão; (2) cisão da Cia., em que a parcela cindida contenha exclusivamente participações societárias em sociedades controladas da Emissora cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja relacionada a Ativos de Carvão; (3) fusão, incorporação ou incorporação de ações, por qualquer sociedade terceira que não seja parte do grupo econômico da Cia., de controladas da Cia. cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja exclusivamente relacionada a Ativos de Carvão (em conjunto, "Reorganizações Societárias Permitidas - Carvão"); ou (4) redução do capital social da Cia., realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida - Carvão, de forma que fiquem desde já expressamente aprovadas a realização de qualquer Reorganização Societária Permitida - Carvão ou redução de capital realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida - Carvão. **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Cia., todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima; e **(3)** ratificação dos atos eventualmente já praticados pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Cia. e/ou demais representantes legais da Cia., em consonância com as matérias acima. Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para a Cia. com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do art. 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Zoom", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Cia. no seu website https://ri.eneva.com.br e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Cia. e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da realização da Assembleia. Nos termos do art. 126 e 71 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Cia. e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Cia. após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24h antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24h de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Cia., por meio do e-mail assembleia.segundaemissao@eneva.com.br, com até 4h de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Cia. reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência e até 10 minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Cia. recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Cia. ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Cia. não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Cia.. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 60 minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no art. 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/), da Cia. (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 12/09/22. **Marcelo Habibe** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.